

Sección de Investigaciones Contables

**PONTOS DA MODERNA ANÁLISE E REGULAÇÃO
ECONÔMICA DAS EMPRESAS E MEIOS PARA A SUA
CONCRETIZAÇÃO**

RODRIGO ANTÔNIO CHAVES DA SILVA

RODRIGO ANTÔNIO CHAVES DA SILVA

- Contador, Acadêmico de Administração, especializando em gestão econômica das empresas pela faculdade de Caratinga, e analista patrimonial
- Membro da Associação Científica Internacional Neopatrimonialista e do clube de Balanced Scorecard da Argentina
- Ganhador da Menção de Honra no prêmio Internacional de História da Contabilidade, Professor Martim Noel Monteiro – edição 2007.

PONTOS DA MODERNA ANÁLISE E REGULAÇÃO ECONÔMICA DAS EMPRESAS E MEIOS PARA A SUA CONCRETIZAÇÃO

SUMARIO

Resumen

Palavras chave

- 1. Introdução**
- 2. O patrimônio e a sua capacidade de resultado, o conceito de “econômico”**
- 3. Delimitação do trabalho e exposição dedutiva da regularização econômica**
- 4. A regularização econômica das empresas**
 - 4.1 Regularização econômica da imobilização ou bases de produção e meios de análise**
 - 4.2 Regulação econômica da produção e meios de análise**
 - 4.3 Regularização econômica dos estoques e meios de análise**
 - 4.4 Regulação econômica dos custos e meios de análise**
 - 4.5 Regularização econômica das receitas e meios de análise**
 - 4.6 A regulação econômica dos lucros e capitalização e meios de análise**
 - 4.7 Outros fatores para a moderna regulação econômica das empresas**
- 5. A atual regulação econômica das empresas e a sua concretização**
- 6. Conclusão**

Bibliografia

PALAVRAS - CHAVE:

ESTUDOS DA ECONOMIA DAS EMPRESAS - FUNÇÃO ECONÔMICA – MEIOS DE ANÁLISE – EFICÁCIA ECONÔMICA

Resumo:

Esta monografia busca apresentar traços breves da regulação econômica geral dos patrimônios, ou seja, o modo de gerenciar controlando a produção, a operacionalidade, e os lucros dos capitais das empresas, na atual conjuntura do mercado.

Como no tempo atual, a visão de gerenciamento das operações das riquezas, passou a ser mais acirrada, uma nova vertente surge, relacionada não somente pela própria comportamentalização dos custos e estoques dos empreendimentos, mas, também na análise dos cenários atuantes, de modo a fortalecer a economicidade da célula social.

A prática contábil e gerencial exigiu-se que a interpretação desses fenômenos fosse feita com base em doutrinas e tecnologia analítica.

As diversas vozes da economia das empresas se expressaram de forma a permitir uma concorrência mais eficaz, desde quando, se delimitasse os principais pontos a serem discutidos e controlados. Com o auxílio dos diversos consultores ou cientistas da contabilidade, procuramos expor os traços gerais da função econômica da riqueza aziendal.

O trabalho visa apontar as características e os caminhos importantes, mas, não esgotáveis, da análise e regulação econômica do capital das células de produção, de maneira, a fornecer parâmetros fundamentais, para esta comportamentalização que concretizada promove a prosperidade do capital.

1. Introdução

Um assunto nunca consútil tratado, relatado, respaldado, e reproduzido por parte dos diversos doutrinadores empresariais, é o que originou o vocábulo, “**estudos econômicos**”¹, nas, e das empresas, que ora em vez, se relacionavam com todo o estudo contábil sobre o

¹ – Os estudos econômicos na verdade são estudos da operacionalidade e resultabilidade do capital como veremos mais à frente.

empreendimento, no seu potencial de resultados, ou na junção das disciplinas que sempre estudaram as riquezas das células sociais.

A doutrina da Itália foi mais radical neste sentido, apropriou para si, e para a **“ragioneria”** (contabilidade, ou ciência contábil em idioma Italiano), **o substrato conjunto de saberes, que formulou uma “economia aziendale”**; e como se não mais bastasse, colocaram a sua didática exposta tanto nas cadeiras acadêmicas de contabilidade, como nas de economia e estudos sociais. Assim ao passo das conquistas **aconteceram também alguns absurdos epistemológicos com relação ao conceito de contabilidade**, mas, **tudo revelava quão grande era a importância dada à função econômica do capital das empresas e entidades constituídas**².

Portanto, determinou-se que o sentido de econômico nas empresas - ou de toda a ação ligada a este termo -, insurgisse no sentido de potencial de resultados, lucros, vendas, investimentos, e recuperações de custos, logo, tudo aquilo que poderia agregar riquezas e manter a sua vida operante com o funcionamento da produção de capital.

Relevaram em todas as classes, os estudos contábeis e aziendais em torno da produção, da gestão das operações, do uso e destinação dos lucros, das vendas e outras receitas, do uso dos estoques, dos juros e dos recebimentos, dos pagamentos, dos investimentos em imobilização e fontes dos mesmos fenômenos, enfim, em toda a operacionalidade, funcionalidade, circulação e produtividade, no equilíbrio e riscos patrimoniais.

² – A economia aziendale surgiu na Itália como uma tentativa do professor Gino Zappa (1950) de juntar a contabilidade, a administração, e a organização de empresas, numa só disciplina que objetivasse o estudo de toda a empresa. Tal esforço começou em Veneza na década de 20 do ano passado, perdeu o vigor na década de 60, porém, ainda possui influências na cultura Italiana, tanto é, que a principal e mais antiga revista patrimonial chama-se “Rivista di Ragioneria e Economia Aziendale”. Era um desvio de interpretação, realmente, uma falha epistemológica querer assumir outras funções para “uma nova ciência”, sendo que todas elas estavam contidas em um só tipo de conhecimento: o contábil.

Contudo, é de interesse enfatizar que todos estes fatos são patrimoniais, e que todas as conclusões derivadas dos mesmos **nunca deixaram de provir, ou manter relações com a contabilidade**, e compõem, no entanto, apenas uma parte sistemática, que a atual doutrina brasileira, denomina de “resultabilidade”³.

Portanto, quiseram dignificar a regulação econômica como uma das mais importantes para o estudo contábil, com efeito, efetivante do estado de vida das empresas.

O objetivo do presente estudo é demonstrar naipes ou traços gerais desse movimento patrimonial, como fundamental em dois pontos básicos que se subclassificam em outros vários:

- 1) **Regulação e Gestão da produção**
- 2) **Regulação e Gestão do Rédito**

Estes dois aspectos não resumem toda a vida da empresa, mas nos faz verificar, limitadamente, de forma dedutiva, os seus principais caracteres.

Como o tema é importante, devemos ressaltar que ele se altera, tornando-se mais difícil e complexo, com a consideração de elementos ambientais e sociais, dentro da gestão regulativa e econômica das empresas.

Para argüimos estes labor, utilizamos a **metodologia de levantamento bibliográfico e pesquisa-ação**, por ser a monografia um referencial também para a tomada de decisões empresariais.

O método que utilizamos, todavia, foi o **discursivo**, e **analítico**, utilizado desde a época de Sócrates (470 – 399 a.C.), que buscava concluir tendo várias opiniões em mãos, ou esmiuçando os assuntos.

³ – A moderna doutrina brasileira que estamos citando chama-se Neopatrimonialismo, e por consequência o neopatrimonialismo filosófico, este último que definiu mais um sistema de apoio ao da resultabilidade chamado “operacionalidade”, que constitui toda a capacidade do capital produzir, vender, repor, e se movimentar, portanto, como uma base para o outro sistema citado.

Como a regulação econômica nos empreendimentos gerais e públicos é um estado fundamental para a vida das células sociais, é relevante destacar que sem o bom uso dos créditos e produção, atado a outras variáveis sociais, é difícil manter o capital em funcionamento **apenas com base na intuição**.

Mesmo produzindo um trabalho breve e despretensioso, esperamos oferecer ao menos uma visão geral, um caminho, a ser seguido dentre os vários que poderiam ser optados no estudo de um tema tão extenso e profícuo.

2. O patrimônio e a sua capacidade de resultado, o conceito de “econômico”

A doutrina moderna da contabilidade aceita a visão do patrimônio como um conjunto de funções, das quais, dependem, não só a eficácia dos bens, porém, a prosperidade das riquezas. Dentre as diversas funções que se destacam, temos a de resultados que como dissemos convencionou ser chamada de **“econômica”**.

Desde as mais antigas obras de análise patrimonial, ou contábil, temos um conceito muito discutido, que vinha à tona: era o **“econômico”** do capital das empresas. Na segunda obra editada em nosso país – sobre a análise e gestão das empresas - pelo intelectual contador Herrmann Junior (1973)⁴, o mestre dizia que o patrimônio deveria ser estudado por dois ângulos básicos: **o financeiro e o econômico**, o primeiro, relativo à liquidez, solvência, condição dos meios de pagamento, capacidade de liquidação; e o segundo, atinente à lucratividade, resultado, produção, custo, operações. **Mais coerentemente, o sentido de econômico era aliado ao da resultabilidade.**

Como haviam embutido no conceito de **“economia”**, a **“vida das empresas”**, **todos os fenômenos patrimoniais, possuíam o mínimo de ligação com a mesma classificação, o conceito econômico ganhou**

⁴ - Embora a data citada seja a da 10ª edição que possuímos, sabemos que esta obra fora editada em meados do primeiro quinquênio do século XX.

espaço na contabilidade também como "operacionalidade", e era relativo a estes sub-conceitos básicos de comportamentalização:

- 1. Das imobilizações**
- 2. Dos processos de Produção**
- 3. Dos estoques**
- 4. Dos custos Gerais**
- 5. Das Receitas ou preços de Venda**
- 6. Dos lucros e Capitalização**

Então, foram nestes conceitos que se considerava toda a economia da empresa. Embora o sentido desta palavra se relacionava com a **Resultabilidade e operacionalidade**.

Podemos nos atrever a falar que o encaixamento de tal conceito querendo significar outro, foi inspirado nas obras de economistas, os quais tentavam assumir certos **conceitos contábeis** dentro dos **econômicos**; tal como, os contadores faziam com **os conceitos da economia** dentro da **ciência contábil**.

Quem observa a obra de Ceccherelli (1950), consegue perceber que o sentido de econômico, na interpretação do clássico cientista, tem haver com o de produção e rédito, ou nestes dois aspectos predominantes - semelhantes aos que Herrmann Júnior apontava.

Também houve a influência do sucessor de Besta, na cadeira de Veneza, o professor Gino Zappa (1950), que preconizou no conceito de econômico, toda a capacidade de produção e rédito suficiente. Foi ele quem criou o termo economia aziendale que até hoje é adotado nas cadeiras universitárias Italianas que ensinam a ciência chamada contabilidade⁵.

⁵ – Na Itália nas cadeiras de economia e ciência social, existe a matéria economia aziendale, que nada mais é que a contabilidade; o que houve como dissemos foi uma confusão de conceitos. Mas, eles não deixam de reconhecer o valor da Contabilidade, pois, as universidades daquele país, foram palcos de diversas discussões e debates pelo que era o verdadeiro objeto de nossa ciência.

Não por menos, pela influência italiana, as obras Brasileiras possuíam tal subsidio. Basta analisar o sentido de econômico numa das obras de D'auria (1955) relativo à obtenção de receita, utilização dos gastos, e concretização dos lucros.

Na década de 60 o Doutor Américo Matheus Florentino (1963) produzia sua tese de doutorado, em relação ao mesmo conceito, preconizando-o. A justificativa para a sua tese, porém, estava na concepção dos balanços, que eram tidos, simples e unicamente, no aspecto financeiro, todavia, sem relação aos ciclos de produção, e de rédito, tal como os russos genialmente classificavam as suas demonstrações. Aqui reaparecem os dois sentidos gerais da análise econômica das empresas, **o de produção e lucros**.

Contudo, devemos ressaltar que embora podemos ter diversas interpretações de “econômico”, e por mais que o mesmo seja utilizado nesta monografia (pois, o tema proposto assim exige), no ângulo contábil, ele possui em essência filosófica, **a noção de resultabilidade e operacionalidade do capital**.

Se antigamente o sentido de econômico, operação e produção reidual, tinham a mesma interpretação, **o tempo foi outro**.

Por mais que utilizemos neste trabalho **a palavra “econômico”**, para designar **o “rédito”**, a **“operacionalidade”** ou **“produção”** de capital, devemos privilegiar **o conceito justo** das palavras.

Ou seja, o que é **contábil** não é **“econômico”** e vice-versa.

O sentido do econômico é atinente, em realidade ao limite **“extra-aziendal”** (ou seja, fora da empresa, fora da célula social)⁶, e dele provém o social, então, não é contábil o termo, apesar das suas influências neste

⁶ – A expressão extra-aziendal, referente a tudo o que acontece fora da empresa, é realmente decisiva na conceituação de econômico. Ela será utilizada várias vezes neste artigo.

ângulo (porque o patrimônio pertence à célula social, e não a economia que estuda o conjunto de riquezas).

Na contabilidade os sentidos das palavras ganham a sua própria conotação.

Da mesma forma que uma empresa é analisada por várias ciências, e cada uma possui a sua preconização terminológica, na contabilidade as designações são próprias e não se confundem.

Por exemplo, a instalação na qual se localiza uma empresa, um prédio, poder-se-ia assim dizer, pode ser estudado pela engenharia, que fez a planta e as regras matemáticas de construção e estrutura; pela física como uma unidade material, ou um conjunto de coisas; até a física quântica poderia estudá-lo como um composto de energia materializada; também, pela química como um composto de substâncias e de agregados derivativos. Tanto como, poderá ser estudado pela administração como a sede de uma diretoria, de um governo inteligente; pela economia como uma unidade de produção que contribui para o resultado geral da nação. Cada ciência, portanto, estuda este prédio com uma finalidade específica, todavia, todas estas disciplinas naturais ou sociais diferem da contabilidade, que o estuda como um capital fixo, uma riqueza imobilizada, um investimento ou aplicação de recursos, em prol de uma atividade aziendal.

Além disso, o uso dos vocábulos é também uma questão da cultura lingüística que cada povo adquire com o tempo.

No exemplo dado, **não se pode interpretar literalmente “econômico” com o “rédito” e a “operação” patrimonial. Nem sempre isso é aceitável no português, que possui mais de 30.000 palavras, no entanto, utilizamos apenas 3.000 em nosso cotidiano. Palavras têm-se à vontade, o que devemos saber é coloca-las adequadamente no uso de nossa língua.**

Se for o caso de ajuntar as idéias em torno de uma só palavra, o sentido deverá ser simplesmente diferente do qual explica todos os livros de gramática portuguesa. Isso porque cada palavra possui a sua justa interpretação.

Da mesma forma que existe cada ser humano com o seu nome específico, ou cada pessoa singular, como aludia Santo Agostinho há mais de 1400 anos atrás (Apud - Kropp, 1960), existe cada palavra no seu uso justo de acordo com uma língua ou convenção da fala de um povo.

É lógico que o mesmo pode ocorrer – do uso de uma palavra para vários sentidos-, desde que, **haja uma interpretação filosófica específica**, esta pode ser considerada e aprovada, na decorrência de uma discussão de pensamento, ou até mesmo, por causa de um costume lingüístico de uma determinada região.

Ou seja, poderíamos utilizar em português, a palavra “econômico”, para os termos de resultabilidade e operacionalidade.

Todavia, se temos outros conceitos, ou outras palavras, que exprimem as idéias literalmente, com justa sintaxe, e adequação gramatical, a qual não dispensa uma noção fundamental de conotação, ao sentido filosófico que exprimem, podemos usar, com segurança plausível, cada palavra específica ao seu justo sentido. Isto é o caso de “econômico”.

Se tivermos, as palavras, resultabilidade, operacionalidade, que ditam muito bem, os aspectos literais, simbólicos e científicos dos fenômenos que assim queremos exprimir, portanto, não compensa e nem se aconselha utilizar a palavra “econômico” para ditar aqueles mesmos acontecimentos.

Assim, o sentido de “econômico” fica no seu lugar devido, sem avançar suas barreiras limítrofes no campo da contabilidade, a não ser, se assim traduzir idéias contábeis, as quais, com exuberância e fulgência já possuem suas significações nos vocábulos analíticos e pertinentes aos inúmeros fenômenos que ocorrem no devir patrimonial.

Obstante, o sentido de “econômico” é pertencente à economia e não à contabilidade.

Os justos termos para designar as variações redituais do patrimônio, já estão por mais, colocados nos seus fantásticos vocábulos.

As palavras contábeis são autônomas, e representam aquilo que nossa ciência quer exprimir, em seu pensamento, ou na sua interpretação, ansiada por vários utentes.

Neste apontamento que devemos iniciar a regularização dos fenômenos ditos “**econômicos**” que em verdades são “**redituais**”, “**operacionais**”, e pertencem **ao gênero dos “patrimoniais”**.

3. Delimitação do trabalho e exposição dedutiva da regularização econômica

Por mais que expressemos pontos breves na introdução desta monografia, devemos repetir que **não podemos expor a economia das empresas e a sua regularização, de um modo tão enxuto**; então, de uma forma geral denotaremos:

- a) **A regularização das bases de produção ou imobilizações;**
- b) **A regularização da produção em si;**
- c) **A regularização dos Estoques;**
- d) **A regularização dos Custos;**
- e) **Dos preços e das receitas;**
- f) **Dos lucros e da capitalização.**

Em cada abordagem colocaremos a necessidade de **concretização do controle “econômico”**, pelos **meios de análise de cada um desses fenômenos (em média um recurso matemático para cada fato)**.

Mas deve-se ressaltar que na verdade não é detidamente uma regularização econômica de cada um desses fatos, mas, especialmente, uma **abordagem de comportamentalização**, uma discussão em pontos limitados e fundamentais, como expomos no início deste escrito.

Sabemos obviamente, que **para a empresa conseguir o seu espaço no mercado**, deve submeter-se a estes fatores básicos; depois, também discursaremos sobre outras **variáveis econômicas** (realmente, relativas ao mercado, e ao limite extra-aziendal) dentro do processo reditual das empresas.

Se o mercado externo é tão forte a ponto de oferecer preocupações para o movimento interno das empresas, devemos expô-lo, e por mais que seja ressaltado de maneira simples, ele é fundamental para o desempenho empresarial.

Seguiremos este tópico com a análise dos ciclos de produção e movimentos, embora, não possamos esgotar o tema com palavras breves, neste artigo que estamos produzindo.

4. A regularização econômica das empresas

Se fossemos querer resumir uma análise que interessasse qualquer gestor de empresas, em conhecimento contábil, seria a “econômica”, ou melhor, a “reditual” ou do conjunto de operações que visam o lucro, por ser a mais atrativa, pois, oferece opções importantes para o negócio.

Desde antanho, os problemas redituais das empresas têm sido relacionados **principalmente com os custos e a sua proporção, embora, não fosse geral tal alusão, que necessitou de respaldo científico**, que abrangeu sua visão a outros fenômenos de expressiva consideração.

O problema que talvez fosse apenas dos gastos se tornou relativo a outras funções e fases da empresa, com efeito, era um problema **relacionado com a automação e uso da imobilização, o processo de produzir, os estoques, a aceleração e bom uso das vendas, despesas, e lucros.**

Ou seja, **não poderia se considerar a autonomia de nenhum fenômeno patrimonial, ainda mais, na questão de vida das empresas,**

que solicitavam do conhecimento contábil, e do seu potencial superior de análise da mesma dinâmica.

Se por um lado **não se podia resumir a economia empresarial**, por outro, **deveria haver meios de melhor análise, e melhor visão do movimento patrimonial, nas suas funções determinadas.**

A vida das empresas, iniciadas por um capital ou riqueza, movimentada pelo fluxo financeiro de entradas e saídas, que causam permutas e transformações, desde a base do processo, presente no capital fixo e maquinário, passando pelo suceder de produção, estocagem, vendas e efeitos dos lucros, na formação da capitalização, necessitava ser analisada com afinco, para o **controle gerencial**; então, se englobava estes fenômenos básicos, sem os quais, nenhuma empresa poderia sobreviver bem.

O estudo analítico contábil, Inicialmente, estaria na base de produção, **o imobilizado** é a questão que sobreleva argumentações. As empresas e entidades deveriam ter uma quantidade de capital fixo, que pudesse resistir a uma quantidade de custos, para aumentar o volume de produção; um imobilizado que se **comportasse** economicamente bem, e fosse regularizado para não existir problemas no posto das empresas no mercado, transmitindo prosperidade, e concorrência; não se devia, portanto, imobilizar mais do que os resultados da atividade poderiam suportar.

Ainda, haveria outros problemas a serem tratados, como **o de produção**, em volume e quantidade a se vender, a qualidade do produzido, a diluição do gasto; haveria o tempo que processava esta produção, e o ponto ideal de unidades (o ponto-de-equilíbrio, que os norte-americanos denominam "break-even-point"), e a força humana que atuava nas máquinas; os gastos indiretos e as demais despesas fixas que poderiam vir a comprometer as receitas e os resultados.

Além disso, **os estoques** deveriam ser administrados de acordo com o seu giro, e a sua absorção pela demanda; se cada valor do consumido conseguia esgotar os bens estocados, sem haverem faltas e nem excessos nas empresas; também, a questão do movimento desses bens ou a sua participação no ciclo operacional, na liquidabilidade, no

fluxo de caixa, o uso menor do seu quantitativo, e a sua total atividade ou circulação para os lucros.

Destes fenômenos da operacionalidade (capacidade de produzir ou fazer a atividade) teríamos aqueles relativos ao próprio **sistema de resultados, os custos e as receitas.**

Deveriam existir custos em estoques, produção, e imobilização, que poderiam ser recuperados pelas vendas, e estas deveriam existir com adequados preços para formar os lucros.

Mesmo assim, isso não resumiria o estado “reditual” dos patrimônios. Haveria ainda **os destinos dos lucros, no movimento de capitalização** da empresa, e o seu desenvolvimento na abertura de filiais com o aumento da concorrência; dever-se-ia regularizar tais crescimentos de maneira que a empresa não perdesse a sua atividade pelo movimento de passividade, e esta base de sustentação **seria a resultabilidade do capital**⁷.

Os problemas também, se tornariam complexos de acordo com o tipo de empresa analisada: **uma revendedora de celular** teria que ser estudada de modo diferente de **uma padaria**, em relação à **produtividade e operação de capital.**

Numa indústria, os processos podem ser observados de início na **imobilização até a capitalização** provocada pelos **lucros**, os quais proporcionam desenvolvimento **na massa patrimonial do capital das empresas.**

⁷ – O Ativo, pois, não pode ser julgado apenas como “ Bens e Direitos”, no sentido estático da coisa, mas, como **Atividade**(por isso o nome “Ativo” que provém do grego e latim da palavra “Actio” que significa “ação”, todo os componentes ativos servem à ação e movimento empresarial), os estoques, a produção, os bens de renda, numerários, imobilizações, e outros investimentos, servem ao movimento e permutação. Esta visão fora ressaltada pelos italianos há mais de meio século, mas, no Brasil, em grande parte das obras aceitas, recomendadas, e estudadas, na grade curricular da maioria dos cursos de contabilidade – até por influência do positivismo-jurídico - a definição do fenômeno é mais jurídica e antropomorfa que o seu sentido real.

Os comércios já teriam **os seus problemas redituais iniciados nos estoques**, pois, não dependem, a maioria deles, de **capital fixo** para a **produção de riqueza**.

De qualquer modo, para garantir a vida das empresas, **no mundo mercadológico e econômico**, e a **defesa de sua competitividade** deveria haver **uma análise que permitia a concretização das decisões a serem feitas em relação a todos estes fenômenos** (nem que fosse de tratamento breve como faremos aqui).

Assim poderiam existir empresas no atual mundo dos negócios com mais concorrência e competência em liderar as suas atividades.

Embora, tratemos em linguagem verbal simples tais análises e consultorias - necessárias nas obras de hoje –, constituem ser um **assunto delicado na contabilidade**.

Por isso nossa intenção é apenas tratar de “pontos”, isto é, **poucos e breves processos de análise** (ao menos um problema de cada tópico da moderna regulação econômica das empresas). O tema é muito vasto e não poderia ser resumido nesta monografia. Por isso, indicamos mais uma discussão sobre o assunto, do que, propriamente, um estudo particularizado de cada elemento, que se traduz à nossa resolução contábil em raciocínio patrimonial.

Além desses fenômenos a análise contábil resolveria os problemas de **inflação, tendência futura, e crescimento econômico aziendal**, por meio de orçamentos e fórmulas matemáticas, ultrapassando o continente de empresa, para o mundo **“extra-aziendal”**.

Portanto, é o que tentaremos discutir com cada um dos fenômenos citados, daqui por diante.

4.1 – Regularização econômica da imobilização ou bases de produção e meios de análise

Desde os tempos antigos as posses ou a forma física das imobilizações estiveram presentes. O homem primitivo, que tinha fama social era o proprietário de grandes terras para o cultivo e criação de

animais, para a sua alimentação, e também comercialização. Esta era a forma do investimento fundamental em antanho.

Na idade média, além dos problemas financeiros que exigiam que a empresa tivesse caixa (dinheiro) a pronta disposição, havia os problemas dos investimentos fixos que poderiam arruinar ou alavancar uma boa instituição. No expansionismo marítimo, normal era o uso de tais aplicações, pois, para manter a busca de novas riquezas em novos lugares e povos, dever-se-ia acumular muito capital fixo e muitos custos para construir navios e manter as viagens (MASI, 1997).

Hoje na moderna posição econômica do Brasil, e do mundo, o imobilizado no desenvolvimento e ação do crédito assume novos caracteres, mais complexos, e mais exigentes de conhecimento, o que é essencial para a vida do empreendimento.

Os investimentos fixos devem para manter o crédito (e esta seria uma visão econômica do mesmo), e a concorrência da empresa face ao mercado, surge a necessidade dele ser analisado quanto as suas origens (financiamentos de terceiros, ou próprios, aluguel de "leasing"), nas modalidades oferecidas (prazos, juros, quantidade), quanto ao processo de produção (aumento de produtos com qualidade), quanto à dimensão física (sua localização, no espaço inserido, e aproveitado), ao desgaste (perda do valor e da própria capacidade da máquina), a sua posição na estrutura (se vai absorver muito ativo, ou corroer o capital financeiro líquido), a sua atividade (retorno e fluxo de caixa), a sua relação com outros bens (estoques e volume produzido), a sua capacidade de transmitir prosperidade (crescimento pelo próprio capital), e os seus custos (mão-de-obra economizada, redução dos gastos variáveis, e diluição dos custos fixos); até a reposição no final de sua vida útil (a sua venda e troca após a perda do seu valor de utilidade).

Isto foi o que fez derivar a chamada **análise superior de balanços**⁸ e a **análise filosófica das funções sistemáticas**

⁸ – A análise superior de Balanços no Brasil foi incentivada por inúmeros professores, dentre eles Tolstói Klein (KLEIN, Tolstói C. Contabilidade Superior: Estrutura e Análises de Balanços. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1954.),

neopatrimonialista⁹, que resume toda uma quantidade de variáveis para a tomada de decisões.

Dentro desta linha de pensamento tecnológica, existe **a teoria dos campos dos fenômenos** (de cunho Neopatrimonialista).

Nos campos dos fenômenos a forma de buscar identidades é muito ampla, ou seja, de diversos modos, podemos analisar um imobilizado, ou elemento patrimonial, de acordo com as várias formas de manifestação da sua fenomenologia.

O espaço desta monografia é muito curto para detalhar cada um desses fatores, porém, veremos o que é básico para uma regulação simples do réditto dos empreendimentos, em relação à regulação do capital fixo.

Primeiramente, antes, numa análise do capital imobilizado, devemos saber quanto que se vai ter no aumento de produção, a vantagem que se vai levar com a aquisição de uma nova máquina, ou com a aplicação em tais elementos:

Francisco D`auria (D`AURIA, Francisco. Estrutura e Análise de Balanço. 3ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1955.), e Hilário Franco(FRANCO, Hilário. Fundamento Científico da Contabilidade. São Paulo: Ed. Revisora Gramatical, 1950.), e de forma especial pelo professor Antônio Lopes de Sá que assim dedicou a matéria em dois volumes extensos(SÁ, Antonio Lopes. Curso Superior de Análise de Balanços. 3ª ed. São Paulo: Ed. Atlas. 1973.Volume I e II(A primeira edição desta obra conta a década de 60)).

⁹ - SILVA, Rodrigo Antonio Chaves da. Filosofia da Análise da Estabilidade da Liquidez. Revista Catarinense da Ciência Contábil, Florianópolis, SC, v. 4, nº 11, CRCSC, 2006. Outra obra que conta pontos maiores da filosofia neopatrimonialista da análise das funções sistemáticas é a “Teoria do Neopatrimonialismo Filosófico” não editada, mas, registrada na Fundação Biblioteca Nacional do Ministério da Cultura, pelo Escritório de Direitos Autorais sobre o nº: 406.775, livro: 758, em 9 de agosto de 2007.

Tabela A: Dados de vantagens e comparações para um novo maquinário

Maquinário Anterior	Maquinário renovado
Produção anterior: 10.000 unidades	Produção prevista: 30.000 unidades
Valor do maquinário: 120.000,00	Valor do maquinário: 260.000,00
Depreciação anual: 12.000,00	Depreciação anual: 26.000,00
Valor Líquido atual: 24.000,00	-----

Fonte: Elaboração Própria

Um aumento três vezes maior existirá, mas, após a compra é necessário determinar como que andar a produção juntamente com os lucros. Isto pode ser obtido pelas razões multiplicativas (interativas), que forma a identidade ou a correlação reditual da produção (Irp ou Crp):

$$\text{Irp ou Crp} = \frac{\text{Produção Atual}}{\text{Produção Anterior}} \times \frac{\text{Lucro Atual (Em Percentagem)}}{\text{Lucro Anterior}}$$

Suponhamos os mesmos dados simples de uma empresa:

Tabela A1: Informações econômicas antes e depois do capital fixo

Quadrimestre	Produção	Lucro
1º Quadrimestre	10.000	100.000,00
2º Quadrimestre	20.000	150.000,00
3º Quadrimestre	35.000	270.000,00

Fonte: Elaboração Própria

Na identidade multiplicativa podemos aplicar os dados desta tabela na fórmula:

$$\text{Irp} = \frac{\text{Produção Atual}}{\text{Produção Anterior}} \times \frac{\text{Lucro Atual (Em Percentagem)}}{\text{Lucro Anterior}}$$

Aplica aplicando no segundo quadrimestre:

$$\text{Irp} = \frac{20.000}{10.000} \times \frac{150.000}{100.000} \rightarrow 2 \times 150\% = 300\%$$

Houve uma correlação de 300% entre o aumento da produção com o rédito lucrativo.

Aplicando no último quadrimestre:

$$\text{Irp} = \frac{35.000}{20.000} \times \frac{270.000}{150.000} = 1,75 \times 180 = 315\%$$

A correlação é de 315%

É o mesmo que dizermos que a condição de cada aumento unitário da produção multiplica os lucros, e assim, transmite resultados positivos para a empresa. Mas, de uma forma especial podemos analisar a eficácia do imobilizado numa outra identidade:

$$\text{Ieri} = \frac{\text{Imobilizado atual} \times \text{Correlação reditual da produção atual}}{\text{Imobilizado anterior} \times \text{Correlação reditual da produção anterior}}$$

Assim a identidade de eficácia reditual do imobilizado (Ieri) possui relação com o quociente fixo de variação da imobilização(primeiro quociente que deve ser dado em unidades decimais), com as correlações redituais que a produção transmite em seu devir. Portanto, assim vejamos por partes a aplicação dessa fórmula:

$$\text{Ieri} = \frac{\text{Imobilizado atual}}{\text{Imobilizado anterior}} \rightarrow \frac{260.000}{120.000} \rightarrow 2,17 \text{ O quociente fixo é de } 2,17$$

Houve um aumento atual de 2,17 com a nova imobilização para cada um real do antigo imobilizado.

Seguimos:

Primeira correlação: 300%

Segunda correlação: 315%

Logo:

$$\text{Ieri} = \frac{2,17 \times 315}{300} \rightarrow 2,17 \times 105\% = 227,85$$

A identidade da eficácia reditual do imobilizado (Ieri) mostra que há uma correlação acelerada dos resultados positivos em 105%, o que indica que o imobilizado na alteração do seu tamanho (em valor) poderá transmitir de sua variação quantitativa, até 227,85% em lucros e retorno econômico.

Nesta composição teríamos uma média para a quantidade do lucro conseguida (Qlc):

$$\text{Qlc} = \frac{\text{Lm} \times \text{Um}}{\text{Cra}} \rightarrow \times \text{Ieri}$$

A quantidade do lucro conseguido (Qlc), é uma medida obtida pelo lucro médio (Lm) vezes a unidade matemática (um), dividida pela correlação reditual atual (Cra); o resultado deverá ser multiplicado pela identidade da eficácia reditual (Ieri), aquela fórmula anterior que já expusemos, neste caso assim calculamos (consulte os valores da tabela A1):

$$\text{Lm: } \frac{100.000 + 150.000 + 270.000}{3} = 173.333,33 \text{ ou } 173.333,00 \text{ de lucros}$$

3

A correlação atual é de 315%

$$\text{Qlc} = \frac{173.333,00 \times 1}{315} = 550,26 \quad 550,26 \times 227,85 = 125.376,74$$

Poderá se conseguir cerca de \$ 125.376,74 de lucro líquido com a influência que o aumento do imobilizado provocará na rentabilidade da produção já no primeiro ano.

Isto revela que o aumento da produção provoca evolução dos lucros, portanto, uma regulação econômica maior. A empresa com o novo investimento conseguirá além de aumentar a produção, aumentar seus resultados.

Obstante, nesta base podemos utilizar também a imobilização dos capitais próprios numa ótica suplementar:

$$Icp = \frac{\text{IMOBILIZADO}}{\text{CAPITAL PRÓPRIO}} \quad \text{Quanto menor que um o quociente, geralmente mais resultado transmite a atividade.}$$

Se a empresa tiver uma seqüência de dados, tal quociente fica mais eficaz:

Tabela A2: Dados nominais sobre o comportamento do capital próprio e imobilizado.

Tempo	Imobilizado (Valor líquido)	Capital Próprio	Quociente	Evolução do quociente em base 100
1º Quadrimestre	120.000,00	160.000,00	0,75	100
2º Quadrimestre	260.000,00	230.000,00	1,13	150,67
3º Quadrimestre	235.000,00	330.000,00	0,71	94,67

Obs: Veja que quanto mais se imobiliza o capital próprio, menor é a folga da atividade e maior é a evolução do quociente; note que no antigo imobilizado a imobilização estava em 0,75, e aumentou, o que denota mais recursos fixos que próprios, todavia com o uso desta riqueza a atividade cresceu pelos lucros o que fez diminuir o quociente a 0,71 (para cada um real de capital próprio temos 0,71 de recursos nele fixos).

Fonte: Elaboração Própria

À medida que o imobilizado foi crescendo, houve um aumento do capital próprio, isso demonstra se ocorreu ou não a eficácia de tais investimentos, de acordo com a folga da atividade. De qualquer modo, é nítido e evidente que a empresa possui uma situação normal, apesar do grande risco, que ela sofreu no decorrer do seu comportamento.

A empresa conseguiu pela rentabilidade da sua produção, aumentada pelo novo imobilizado, obter mais lucros (em média 170.000,00), e assim aumentar a sua capacidade econômica ou reditual.

A evolução do capital próprio representa economia dos lucros e sua evolução dentro do contexto de célula social, mesmo imobilizando os próprios recursos, a situação ficaria sustentável quando este aumento fizesse crescer o volume dos mesmos capitais regulando a situação econômica do empreendimento.

Uma comparação em base cem da imobilização, produção, lucros e dos cálculos aqui produzidos poderiam nos dar uma margem de segurança sobre a operacionalidade do capital fixo:

Tabela A3: Comparação dos diversos cálculos auferidos na comprovação de eficácia do comportamento do imobilizado

Quadrimestre	Imobilizado	Produção	Lucros	Outros Cálculos	Na relação dos dois primeiros tempos	Na relação dos dois últimos tempos
Primeiro	100	100	100	Correlação do resultado da produção	300%	315%
Segundo	216,67	200	150	Imobilização dos capitais próprios	100	94,67
Terceiro	195,83	350	270	Eficácia reditual do imobilizado	227,85%	125.376,74

Fonte: Elaboração Própria

Pela verificação do conjunto de cálculos percebemos que o imobilizado cresceu junto com a produção e os lucros, mostrando ainda uma correlação na rentabilidade da produção que chegou a 315%, resultado que diminui o risco da imobilização do capital próprio, indicando que o rédito aumentará com a variação do imobilizado em até 227,85% do valor da mesma alteração, assim, se terá um lucro igual a \$ 125.376,74 obtido matematicamente pela razão das identidades proporcionais e correlações.

Ou seja, de forma simples, podemos dizer, que vale a pena ter o imobilizado, porque além de um valor considerável de lucro, ele consegue aumentá-lo pela evolução da produção.

Veja que o uso de identidades, correlações, e razões matemáticas ou quocientes, nos apontam medidas de controle, regulação, e comportamentalização dos fenômenos reedituais, e operacionais, ligados à imobilização.

Acreditamos que os tipos de cálculos expressos, basicamente, o de identidade ou correlação reeditual da produção (Irp), Identidade da eficácia reeditual do imobilizado (Ieri), o de quantidade do lucro conseguido (Qlc), podem garantir subsídios para uma moderna regulação econômica do imobilizado.

O quociente de imobilização dos capitais próprios(Ic) prevalece numa ótica complementar, pois, acreditamos que uso moderno da análise está com base nos quocientes, e não processualmente neles.

Basear-se nos tradicionais quocientes, é importante, mas ainda é pouco para toda a capacidade de raciocínio de nossa ciência; isso também é querer limitar o nosso conhecimento numa estrada, que não penetra no caminho que ele poderia chegar ou caminhar suavemente. Ou seja, **o quociente é base para cálculos maiores, e não o próprio corpo da análise contábil.**

Inclusive, **descremos numa análise econômica do capital moderna**, que **use apenas os tradicionais quocientes**, sem adentrar nas suas razões ou identidades.

Não se pode apenas prever quanto que as relações transmitem, se os fenômenos vão muito além, é preciso aprofundar a metodologia de análise, ou seja, denotar tudo aquilo que a contabilidade poderá transmitir em raciocínio matemático-patrimonial.

Além do mais, os cálculos transmitidos aqui não encerram o assunto da metodologia aplicada à moderna análise econômica do imobilizado, visando medir e explicar os comportamentos da resultabilidade e operacionalidade; dissemos e repetimos, ***o que apresentamos aqui é apenas uma parte, senão, uma mínima parcela de tudo aquilo que ainda há de vir, ou poderia ser transmitido com***

as permissões metafísicas de exposições de raciocínio, ou razão, que a mente humana-contábil em reflexão poderia conseguir.

De forma básica estes cálculos podem ser utilizados na regularização econômica da base da produção, ou seja, na imobilização, verificando se há eficácia ou excessos improdutivos da mesma fenomenologia.

Convém determinar que quanto maior for a tendência do aumento dos lucros, melhor será para a empresa, todavia, um aumento da imobilização sem uma contraproposta de resultado prejudica a atividade da empresa, isso afetaria então o comportamento operacional-econômico (reditual).

4.2 - Regulação econômica da produção e meios de análise

Outro básico tópico que transmite seqüência no estudo da função econômica das empresas, é o que **se relativiza à produção dos bens, ou dos elementos que serão comercializados no futuro pela empresa.**

Se a empresa possui recursos imobilizados, ou ativo fixo, é lógico que ela deverá se preocupar com os capitais que são produzidos para a sua circulação e controle financeiro, que obviamente, sempre serão interdependentes com a capacidade de produzir e render capital, que toda célula social possui.

Portanto, **a produção se compreende como uma das atividades fundamentais da função reitual e operacional da empresa.**

Já que existem bens os quais sustentam as atividades de produção, obviamente, estas inquirir um tempo específico e necessário a ser analisado, todavia, esta questão não ultrapassa a da eficiência do mesmo processo, ou seja, o modo como este mesmo tempo está se desenvolvendo, ou as fases do seu comportamento.

Ou seja, **se a produção não tiver uma velocidade e um volume suficiente, isso poderá prejudicar os lucros e capitalização dos empreendimentos.**

Em moldes simples: se a empresa precisa vender \$ 10.000 para ter um lucro de 10% no exercício social, e necessita de 5.000 unidades para este objetivo, para a eficácia desta função e do rédito, denota ser necessário que ela consiga produzir não só as unidades, mas, que as negocie no tempo do exercício.

Assim, deverá ela vender 5.000 unidades no prazo social estipulado para que exista sustentabilidade da função econômica.

Se o tempo em que a renovação dos estoques é baixo, a causa poderá estar no desequilíbrio temporal da produção, e esta se solidariza em bases para o imobilizado.

Tudo deverá estar em sintonia, **a imobilização, ou o maquinário de produção, com o processo pronto, e este para com os estoques.**

Contudo, iniciemos nossas argumentações com o processo de eficiência do capital.

Uma base de produção deve se correlacionar com o mínimo de tempo, e o máximo produzido.

Isto é o que chamamos de **produtividade.**

A eficiência do tempo, em correlação à base da produção, à redução de custos, ao controle da mão-de-obra, e ao aproveitamento dos resíduos e estoques, é uma das principais funções da empresa.

Os membros da sociedade dos especialistas contábeis da França, Forget e Grymberg (1979) apontavam uma fórmula de eficiência da produção que interessaria a qualquer gestor. Para apresentarmos a mesma, suponhamos os seguintes dados:

Tabela B: Dados da Produção

Produtos	A	B	C	Total
Volume do produzido (em unidades)	1000	2000	3000	6000
Preço de venda por unidade	\$ 3,00	\$ 2,00	\$ 4,50	\$ 9,50
Valor Vendido	\$ 3000,00	\$ 4000,00	\$13.500,00	\$20.500,00

Fonte: Elaboração Própria

A força e a matéria utilizadas foram as seguintes:

Tabela B1: Força e matéria utilizadas na produção.

Elemento	A	B	C	Total
Matéria – Prima	300	500	1500	2300
Valor unitário da Matéria-Prima	\$ 2,00	\$ 1,50	\$ 5,00	\$ 8,50
Valor total da Matéria-Prima	\$ 600,00	\$ 750,00	\$ 7.500,00	\$ 8.850,00
Horas da Mão-de-Obra	100	200	300	600
Valor da hora de Mão-de-Obra	\$ 10,00	\$ 15,00	\$ 22,00	\$ 47,00
Valor da Mão-de-obra	\$ 1000,00	\$ 3.000,00	\$ 6.600,00	\$ 10.600,00

Fonte: Elaboração Própria

Com base nestes dados analisando os materiais poderemos medir o seu rendimento no aproveitamento(P):

$$P(Rp) = \frac{QPV}{\text{_____}}$$

QMU

A produtividade(P), ou o rendimento da produção (Rp), é obtida pela quantidade de produtos vendidos (QPV) dividida pela quantidade de material utilizado (QMU).

Podemos aplicar a fórmula para os três produtos (Veja a tabela B na parte de unidades produzidas, e a tabela B1 na parte de Matéria-prima):

$$\begin{array}{l} \text{Produto A} = 1000 = \mathbf{3,33} \quad \text{Para cada unidade de Material} \\ \text{foi produzida } \frac{3000}{300} \text{ unidades} \\ \text{Produto B} = 2000 = \mathbf{4,00} \quad \text{Para cada unidade de material} \\ \text{foi produzida } \frac{16000}{4000} \text{ unidades} \\ \text{Produto C} = \frac{3000}{1500} = \mathbf{2,00} \quad \text{Para cada unidade de material foi} \\ \text{produzida } \frac{3000}{1500} \text{ unidades} \end{array}$$

A interpretação é feita da seguinte forma: **Há um aproveitamento específico para cada unidade do material fabricado.** Vemos que a maior produtividade é de 4 vezes no produto **B**; e a menor 2 vezes o produto **C**. Também poderemos verificar a produtividade com relação ao valor de horas trabalhado:

$$P(Rp) = \frac{QPV}{VHT}$$

Ou seja, a produtividade(P) é obtida pela razão entre a quantidade de produtos vendidos ou produzidos (QPV), dividida pelo valor quantitativo das horas de trabalho (VHT):

Produtos Produzidos		
A = 1000	= 1	B = 2000 = 0,67
0,45	$\frac{1000}{2250}$	$\frac{3000}{4500}$
1000,00	3000,00	6.600,00

As explicações seguem:

No produto A para cada \$ 1,00 de valor trabalhado rende-se uma unidade de produto.

No produto B para cada \$ 1,00 de valor trabalhado rende-se 0,67 em unidades.

No produto C para cada \$ 1,00 de valor trabalhado rende-se 0,45 em unidades.

Note que menor produtividade foi a do produto **C** que não rendeu nem 1 unidade de valor vendido para cada unidade de valor de mão-de-obra; em compensação para o produto **A** temos cerca de equilíbrio no trabalho gasto (gasta-se e produz-se igualmente). Ou seja, o rendimento

da produção de mão-de-obra é mais baixo que o do uso dos materiais. Neste caso, não há um controle do resultado desta operação que quanto mais se produz com um aproveitamento da força de produção, melhor para a economia da empresa.

Aqui surgem outros problemas, com relação até ao subtítulo anterior, o da base de produção, **será que a compra de uma nova máquina ajudaria na eficiência do trabalho humano? É necessário manter o custo com a mão-de-obra? Reduzir gastos indiretos? Adquirir de fornecedores com mais qualidade e maiores prazos?** Estas seriam algumas das alternativas.

Se, no produto **C**, aumentássemos o seu valor de venda a \$ 6,50 sem prejudicarmos a quantidade vendida, reduzindo a produção do B para **1600** unidades (40% a menos) a um preço de 1,80; e não alteraríamos o **A**, quanto será que a empresa teria de produtos:

Tabela B2: **Mudança da produção de produtos em previsão analítica**

Produtos	A	B	C	Total
Volume Vendido	1.000	1.600	3.000	5.600
Preço de venda por unidade	\$ 3,00	1,80	\$ 6,50	115,00
Valor vendido	\$ 3.000,00	\$ 2.880,00	\$ 19.500,00	\$ 25.380,00
Matéria-Prima	\$ 600,00	\$ 450,00	\$ 7.500,00	\$ 8.550,00
Mão-de-Obra	\$ 1.000,00	\$ 1.800,00*	\$ 6.600,00	\$ 9.400,00

***Obs:** Como reduzimos a produção em 40% do produto B, a mão-de-obra e Materiais deverá reduzir-se na mesma proporção.

Fonte: Elaboração Própria

Aplicando as fórmulas de produtividade do material:

$$A = \frac{1000}{300} = 3,33 \quad B = \frac{1600}{300^*} = 5,33 \quad C = \frac{3000}{1500} = 2$$

***Obs:** A quantidade de material deve reduzir em 40% também.

E agora da Mão-de-Obra:

$$A = \frac{1000}{1000} = 1 \quad B = \frac{1600}{1800} = 0,89 \quad C = \frac{3000}{3000} = 2,00$$

1000

1800

6.600

Houve um ligeiro aumento da produtividade do produto B

No produto B houve um aumento da produtividade agora vejamos o aproveitamento das vendas:

Tabela B3: Resultado econômico da alteração da produção e preços de venda

Produtos	A	B	C	Total
Na produção Normal	\$ 3.000,00	\$4.000,00	\$ 13.500,00	\$ 20.500,00
Com a alteração da produção	\$ 3.000,00	\$2.880,00	\$19.500,00	\$ 25.380,00

Fonte: Elaboração Própria

Isso ocorreu porque reduzimos custos para aumentar a produtividade, como no caso do produto B.

Em casos, **nos quais não podemos aumentar preços,** recomenda-se **aumentar a eficiência do processo,** e com menos volume, ou seja, menos gastos com mão-de-obra e materiais, mais, e melhor, podemos conseguir o lucro das operações, nesta tomada de decisão.

Também reduzimos os custos, e os preços do produto B, porém, em assimétrica proporção.

Isto porque **se reduzimos os custos, e reduzimos em menor proporção os preços de venda, estamos ganhando na produtividade e redução do volume de gastos.**

A economia dos materiais, sem uma contra proposta da **economia dos preços** gera **maiores resultados operacionais.**

É o caso que praticamos uma redução de 40% no produto B, todavia, com um corte de 20% no preço.

O resultado foi que **ganhamos na redução dos custos, pelo preço de venda.**

Uma coisa que deve ser sempre aconselhada é que se reduzimos os volumes de custos e mantivermos os preços de venda, a produção fica menor, porém, ganhamos nas unidades a serem vendidas. Desta forma, isso traduzirá lucro para o capital, e melhoria da sua economicidade.

No **produto C** apenas mantivemos as unidades e aumentamos o preço, pois, como dispensa grandes gastos, mostra-se necessário produzi-los como se ele fosse também, um **produto inelástico** para a demanda, ou seja, pela qualidade que possui, a sua compra sempre será realizada, mesmo com uma sensível variação a maior do seu preço. Portanto, aumentamos o preço de venda para ganharmos neste produto indispensável ao consumidor, e desta forma lucrarmos mais no produto.

Todavia, **a moderna gestão econômica também aponta para uma redução dos custos de venda, e possivelmente dos preços**, é o que veremos no estudo dos custos, e da regulação dos bens comerciais ou estoques.

Agora demonstramos por uma razão o efeito da produção (Ep) pela fórmula:

$$x \ 100 \quad E_p = \left\{ 1 - \left[\frac{\text{PRODUÇÃO ALTERADA}}{\text{PRODUÇÃO ANTERIOR}} \right] \right\}$$

$$E_p = 1 - \left\{ \frac{25.380,00}{20.500,00} \right\} \times 100 \rightarrow (1 - 1,24) \times 100$$

$$= 24 \%$$

Houve um aumento de 24% da produtividade em Vendas

O rendimento foi seguro e proveitoso sem desrespeitar o movimento econômico da demanda ou clientela.

Como a empresa **conseguiu reduzir em 40% os custos com Mão-de-Obra e Matéria-Prima do produto B, e aumentar o preço no produto C sem prejudicar o giro, houve um aumento da produtividade das vendas em 24%, ou seja, se ela conseguir manter seus preços, custos, e potencial de produção, nas regulações recomendadas, ela terá uma agregação reditual, do contrário existirá aquela mesma situação de risco com produção duvidosa e custos caros, a um preço pouco favorável para o capital.**

Na vida real os assuntos são mais complexos e muitas vezes passam das dezenas de produtos a serem analisados, **com a hipótese relativa de corte de custos e qualidade da mão-de-obra; aproveitamento dos valores, e matérias-primas mais baratas; aumento de produção, preço de venda alto e produção reduzida; corte de produção e gastos diversos; economia de materiais e preços; redução do preço e aumento do volume produzido; vendas em conjunto com preços alternados;** além de outras hipóteses a serem consideradas.

Todavia, o estudo da regulação econômica da produção, **pelo ângulo de produtividade ou rendimento da produção, com os elementos principais centrados na matéria-prima e mão-de-obra, juntamente com a observação do seu efeito,** pode garantir passos importantes nesta moderna análise do capital.

Após demonstrarmos **os pontos a serem verificados na análise econômica e geral dos patrimônios, devemos observar os estoques ou bens comercializáveis** pelo mesmo contexto de visão “econômica” ou “reditual” e “operacional” do capital.

4.3 – Regularização econômica dos estoques e meios de análise

A moderna contabilidade e administração compensam grandes estudos para os estoques, porque **estes elementos são vistos como causadores de bastantes problemas na empresa** (com relação não só à sua operacionalidade e ação reditual, mas, todavia, também, às finanças, liquidez, circulação, liquidabilidade, e fluxo de caixa), o que gera uma meticulosidade de gerenciamento.

Ou seja, **a atual doutrina gerencial, pensa em aproveitar o máximo dos estoques para que a economia das empresas não fique prejudicada, e assim consiga obter o maior rédito possível.**

Nunca nas obras de contabilidade foi aconselhável pelos seus doutrinadores ter um estoque volumoso na azienda, mas, que sua quantidade fosse de acordo com a eficácia empresarial.

Em especial, utiliza-se na linguagem moderna empresarial, o termo **"estoque zero"** para a regularização desse bem, na economia do capital.

Contudo, devemos ressaltar que **em essência tal filosofia se aplica, mas, na forma não.**

Há empresas que por mais que tenham grandes volumes em estoques, possuem uma velocidade essencial que se preconiza (como é o caso de locadoras de filmes e imóveis). Outras devem possuir menor aparência de volume, e a mesma essência dinâmica para a eficácia (como é o caso de fábricas de veículos, como a FIAT, por exemplo).

O problema está em não se ter "excessos" e "carências" de proporções de estoques, de maneira que **o patrimônio flua, na obtenção dos lucros, redução de custos, e máximo de operação em produtividade.**

Isto derivou no chamado **"just in time"**, processo de produção baseado no uso do volume de produção de acordo com os pedidos do

cliente ou consumidor final, e a necessidade de vendas, por isso o estoque esta no tempo certo, pois, gira de acordo com a demanda solicitante, o que causa a terminologia **“estoque zero”**.

Existe uma prática denominada **“merchandising”**¹⁰ muito utilizada; e esta auxilia muito na eficácia dos estoques, num ponto de vista administrativo, e conseqüentemente contábil.

Não se trabalha com o estoque parado, mas, no seu giro pleno.

Outras investem em estoques, porém, com um volume mínimo a ser negociado, o chamado **“estoque de segurança”**.

Isto apenas comprova aquilo que o cientista contábil Francisco D`auria (1955) havia comprovado há mais de meio século, que os **estoques são elementos improdutivos, enquanto parados.**

Dizia o mestre que: **“mercadoria em estoque é capital improdutivo”**(D`AURIA, 1955, p. 390), no seu estudo sobre os balanços das empresas.

Enquanto não servem ao giro, e à operação econômica, as mercadorias não produzem renda, dinheiro, ou lucros ao patrimônio, são elementos potenciais, todavia, ainda sem concretizarem sua capacidade funcional.

¹⁰ – Outra prática muito comum, também semelhante ao uso dos estoques zero, e, que influencia muito a sua operacionalidade é o chamado “merchandising” palavra norte-americana semelhante a “merchandiser” (comerciante), e “merchandise”(mercadoria, mercância), a palavra merchandising significa numa designação simples, “comercialização” ou “negociação”, ainda, “mercadização” ou “mercantilização”; seria um conjunto de atividade que formula e organiza os estoques diretamente ao consumidor varejista, assegurando a quantidade e qualidade correta dos tipos de materiais a serem consumidos numa seqüência de vendas diárias, ou de espaços curtos. Poderíamos traduzir esta prática como “comercialização correta” ou “negociação produtiva”. E esta auxilia muito na eficácia dos estoques, num ponto de vista administrativo, e conseqüentemente contábil.

Na administração, alguns autores dizem de forma radical **que o estoque zero é o ideal.**

Contudo, temos visões próprias de acordo com a nossa experiência e razão, também em conformidade com as teorias absorvidas por inúmeros estudiosos, que nem sempre dizem ser aceitável a terminologia de **“estoque zero”** como aplicável a todos os empreendimentos.

É como dissemos, **a essência do estoque zero, atada aos princípios de suficiência, e bom uso das compras e proporções estocadas, de acordo com os giros, sempre é aconselhável e aceitável;** todavia, **a interpretação literal que diz que toda a empresa deve possuir um estoque quase igual a zero, ou que se deve comprar pouco e não o suficiente para manter o ciclo de suas operações é praticamente errônea,** porque sabemos que **alguns ramos de empresas, sobrevivem mantendo um estoque,** no entanto, **mantendo-o com produtividade dentro dos padrões rigorosos de eficácia e necessidade de variação da sua circulação, juntamente, com o respeito à evolução e obtenção dos lucros.**

Há, pois, em verdade uma infelicidade no termo.

Geram-se muitas confusões quando não se entende o sentido de **“estoque zero”** com o de **“produtividade máxima”** dos bens comercializáveis.

O sentido é louvável, mas, explicaremos o porquê da inadequação da terminologia.

Também, há uma má compreensão do que seja a sua essência, que corresponde ao contrário do seu nome.

O correto seria dizer **“produtividade total”** ou **“giro total”**, **“giro pleno”** que foi relativo há uma tese contábil defendida antes da aplicação do “just in time” na década de 60, pelo professor emérito Antônio Lopes de Sá(1965).

Tal teoria foi defendida na **“Real Academia de Ciencias Económicas y Financieras”** de Barcelona, na Espanha, a qual, **pelo conteúdo autêntico e promissor** da concepção de novas idéias

contábeis, **transmitiu ao professor o título de acadêmico da mesma instituição.**

Anteriormente, **as idéias dinâmicas da liquidez, estavam ligadas a diversas hipóteses contábeis e teses de vários autores, nacionais e internacionais, contudo, não exploradas como tema singular de um trabalho científico** como fizera o professor e Doutor mineiro Antônio Lopes de Sá.

Ainda, **sua tese da liquidez dinâmica, veio como anexo à sua teoria do equilíbrio, que lhe deu o título de Doutor em ciências contábeis, pela antiga Universidade do Brasil** no Rio de Janeiro.

Há mais de 40 anos o mestre apontou os prolegômenos de sua teoria dinâmica da liquidez, dizendo que **o giro pleno provocaria a máxima liquidez, e somente este estado poderia ser alcançado se todos os bens investidos no Ativo circulante operassem com totalidade.**

Assim, **se um dos fatores da liquidez dinâmica, ligado aos estoques – pois, ele é um meio de pagamento - pudesse ser aproveitado ao máximo pelas negociações e vendas ele teria o giro pleno e contribuiria para a plenitude das finanças.**

Esta idéia **nada mais é que o “Just in Time” em termos contábeis e científicos.**

Na época como não havia uma filosofia dos estoques voltada para o seu uso apenas no “tempo certo”, ou um estudo particular somente para os materiais, para **o ponto “zero”, o mestre aceitou a existência de volumes mínimos, ou lastros de segurança** como denominou.

Acreditava ele, que uma empresa por mais que funcionasse numa base de produtividade total - na época em que pesquisou - ela ainda traria um estoque de segurança, um volume mínimo. É aceitável esta concepção e se aplica na prática dos tempos atuais.

Ou seja, não fora comprovado, nas centenas de empresas estudadas por ele, o fenômeno de giro pleno, apesar de reconhecer a sua existência.

O fato ficou declarado naquela época **como uma hipótese, que poderia ser alcançada com a modernidade, e as novas propostas da produção e administração.**

Contudo, nunca deixou de reconhecer a capacidade plena de circulação do patrimônio, como hipótese, que depois, foi concretizada pelo modelo **just in time** de produção (que mesmo assim não é 100% perfeito, mas, se aproxima em muito desse fenômeno hipotético e raro que citamos).

Este modelo oriental comprovou ser aceitável, até, a redução do volume mínimo de segurança dos estoques, pois, se trabalhava com lotes ou quantidades pequenas, diretamente para o consumidor final.

Mas, sabemos e temos notícias, que em tese, um dos primeiros a defender o tema foi o professor Lopes de Sá (1965).

Sem contar as posições teóricas (já citadas aqui) de D`auria(1953,1955), Herrmann Júnior(1975), Florentino(1963,1976,1990), Klein(1954), Pfaltzgraff(1956), Mello(1953) que apelavam para o uso do volume de mercadorias de acordo com a necessidade, com a produtividade.

Alguns desses cientistas reconheciam na vida das empresas, e na sua pulsação circulante, a forma reduzida de lidar com os estoques de acordo com as vendas, ou necessidade financeira.

Mas, em tese definida, a ostentação do padrão de conceito do "giro pleno" fora defendida em especial pelo professor Lopes de Sá (1965).

Assim na verdade, depois, surgiu o conceito de "**estoque zero**" ou "**giro total**".
Este ligado diretamente ao **modelo Toyota de produção.**

Agora como prática normal na vida de algumas empresas, e de fácil aplicação, desde que se tenha **organização e técnica** para aplicá-lo, mesmo em forma rudimentar.

Devemos antes ressaltar que **o volume em estoques deve existir, todavia, com a produtividade máxima**. Por isso, **não somos tão favoráveis à terminologia “estoque zero”, e sim mais ao conceito de “giro total”**. Este termo, usado por nós, está em acordo com a expressão **“no tempo certo”**. Porém, reconhecemos que **tudo nos estoques, em tempo correto, vai provocar um estoque zerado, ou quase nenhum elemento parado, aguardando negociação, ou transformação**.

Numa empresa, em que o tempo e o volume investido de produção não geram muito desperdício, ocorre então, quase sempre, um lastro, ou resquício mínimo, que serve para manter, de certa forma, a velocidade do negócio; ou em certos casos tal volume é inexistente (se toda a produção for aproveitada). No Japão **no modelo Toyota de produção** tal forma de **operar se tornou possível, ou seja, fabricar com um estoque zero, pois, sempre ele está em processo de produção**, por isso, **nunca parado, ou improdutivo**.

Numa empresa produtora de veículos claramente vemos o exemplo disso: elas apenas utilizam o estoque para a venda, ou seja, em certo momento da dinâmica eles existem, todavia, na estática final do exercício eles deixam de aparecer, porque foram todos utilizados na produção.

Ou seja, elas não estocam materiais, mas, o utilizam diretamente para o giro.

Um estoque de acordo com a moderna regulação econômica, não é utilizado além do estado financeiro estrutural, pois, ele serve para a alavancagem de vendas, redução dos custos, e aumento dos lucros gerados no exercício.

Principalmente, naquilo que tange a redução dos custos, e aumento dos lucros do capital, porque se averigua que os estoques fazem parte do custo principal da empresas, o chamado **custo técnico de operações**.

Em exemplo muito simples, para o entendimento, basta aplicar aquela fórmula tradicional do custo comercial:

$$\text{ESTOQUE INICIAL} + \text{COMPRAS DE MERCADORIAS} - \text{ESTOQUE FINAL} = \text{CUSTO TÉCNICO DAS MERCADORIAS}$$

Por este exemplo, podemos comprovar como na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) aparece tal custo fundamental para a operacionalidade (numa demonstração simples):

Vendas.....	10.000,00
Deduções de Vendas.....	(2.000,00)
Vendas Líquidas.....	8.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas.....	5.000,00
Resultado Bruto.....	3.000,00

No modelo singelo da D.R.E, vemos um custo operacional de \$ 5.000,00; e o elemento que compõe este custo é o estoque. **O estoque inicial e final, mas as compras “incham” o custo**, por assim dizer, e os custos de uma empresa, diminuem o resultado. **Na economia atual das empresas, tal fator pode ser considerado como determinante para a concorrência, e para a economicidade do capital, no seu potencial de produção dos lucros.**

Não que tal custo em estoque seja desnecessário, ou **deva igual ser zero**. Mas, o raciocínio aqui tratado é: **se a empresa poderia vender o mesmo tanto com menos acúmulo de bens, por qual motivo comprou mais? Foi necessário o volume de compras? Há muita mercadoria em estoques? Se aquela parcela parada em custos, poderia se transformar em vendas e lucros, por quê permitir um acúmulo de estoques?** Este é o raciocínio na atual regulação econômica.

Vejamos um outro exemplo:

Quadro C: Balanços patrimoniais

Ano 1	Ano 2		
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Disponível.....1.000,00	Dívidas 3.000,00	Disponibilidade...600,00	Dívidas.....2.000,00
Estoque.....3.000,00	Dívidas a Longo	Estoque.....5.000,00	Dívidas a Longo
Bens Fixos....2.000,00	Prazo..... 1.000,00	Bens Fixos.....1.500,00	Prazo.....3.500,00
	Patrimônio		Patrimônio Líquido
	Líquido.....2.000,00	1.600,00
Total.....6.000,00	Total.....6.000,00	Total.....7.100,00	Total.....7.100,00

Quadro C1: Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (ANO 2)	
VENDAS BRUTAS	12.000,00
DEDUÇÃO DAS VENDAS	2.500,00
VENDAS LÍQUIDAS	9.500,00
CUSTO TÉCNICOS DAS MERCADORIAS	5.000,00*
RESULTADO BRUTO	4.500,00
DESPESAS DIVERSAS	3.200,00
RESULTADO OPERACIONAL	1.300,00
PROVISÕES PARA TRIBUTOS	750,00
LUCRO LÍQUIDO	550,00

***Obs:** Veja o custo das mercadorias vendidas como é alto, chega a sugar até \$ 0,53 centavos de cada unidade de venda líquida, ou 53% de toda a receita líquida.

Veja que **as informações apenas informam cada estado dos fenômenos informados, contudo, devemos enfatizar que elas não explicam ou interpretam os possíveis comportamentos patrimoniais**, vamos observar de modo atento e especial **a média de folga de atividade sobre o ativo** – utilizando o quociente do Ativo líquido, ou recursos próprios sobre os investimentos em Ativo - para utilizarmos uma base:

CAPITAL PRÓPRIO x 100

ATIVO TOTAL

$$\frac{\text{Ano 1}}{2.000,00 \times 100} = 33\%$$

$$\frac{6.000,00}{6.000,00}$$

$$\frac{\text{Ano 2}}{1.600,00 \times 100} = 23\%$$

$$\frac{7.100,00}{7.100,00}$$

Média dos Quocientes

$$\frac{33 + 23}{2} = 28\%$$

Arredondando temos estes valores, o que forneceu-nos uma média da sobra de atividade de 28%.

No primeiro ano o capital próprio atingiu esta meta, no segundo ano pela queda de 20% do seu valor, não houve tal alcance. Com este parâmetro sabemos que ele necessita manter a sua folga de atividade para que esteja bem o seu funcionamento econômico. **Mas se o custo dos estoques** fossem reduzidos em **20%**(o tanto que caiu o patrimônio líquido), ou **30%**(a média de rentabilidade da atividade), e **a empresa pudesse vender o mesmo quantitativo (com o mesmo esquema de queda de custos, e constância dos preços, que vimos no capítulo da análise econômica da produção)**, como ficariam os custos? A resposta é dada pela fórmula:

$$\frac{\text{CMV}}{1 + (\% \text{ a ser reduzida})}$$

Com 20% de redução

$$\frac{5.000}{3847,00} = 4.166,67 \text{ ou } 4.167,00$$

$$\frac{1,20}{1,20}$$

Com 30% de redução

$$\frac{5.000}{3.846,15} = 3.846,15 \text{ ou } 3.846,15$$

$$\frac{1,30}{1,30}$$

Veja que esta redução não iria prejudicar as vendas, e poderia reduzir o custo. **Vejamos como ficaria o resultado (com 30% de redução)**, mantendo todos os itens da D.R.E menos o que seria alterado: **Quadro C1*: Projeção da demonstração de resultados, com alterações no custo.**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO(ANO 2)	
VENDAS BRUTAS	12.000,00
DEDUÇÃO DAS VENDAS	2.500,00
VENDAS LÍQUIDAS	9.500,00
CUSTO TÉCNICOS DAS MERCADORIAS	3.847,00
RESULTADO BRUTO	5.653,00
DESPESAS DIVERSAS	3.200,00
RESULTADO OPERACIONAL	2.543,00
PROVISÕES PARA TRIBUTOS	750,00
LUCRO LÍQUIDO	1.703

***Obs:** É claro que este exemplo é hipotético, se fosse feito com variações reais, as provisões para tributos, iriam se alterar, e possivelmente algumas despesas.

Então, para verificarmos o estado do Patrimônio Líquido, basta observar a fórmula:

$$Vp^x = (Ve - Le) \rightarrow Bv + Lp$$

O lucro previsto é obtido pela divisão do valor efetivo (Ve) menos o lucro efetivo (Le), que será igual à Base de valor (Bv), mais o lucro previsto (Lp) que dará um resultado igual ao valor previsto (Vp).

No caso prático temos:

$$Vp (PI) = (1600 - 550) = 1050 + 1703 = 2.753,00$$

Ou seja, por si, perceberíamos que **a redução das compras em 30% (valor médio arredondado da rentabilidade)** que alteraria em muito pouco o estoque final. Contudo, alterando drasticamente o C.M.V, causaria um rendimento, uma resultabilidade da atividade maior que a situação do primeiro ano:

$$\frac{\text{Ano com a alteração}}{2753 \times 100} = 39\%$$
$$\frac{\text{Ano 1}}{2.000 \times 100} = 33\%$$
$$\frac{7.100}{6.000}$$

Isto comprova que o fato de manter estoques nem sempre contribui para o lucro ou para a regulação econômica das empresas.

O fato de a empresa movimentar com o mesmo capital, **e reduzir em 30% apenas, os seus custos de estocagem, que, por sua vez, correspondem a uma diminuição mínima do estoque final, fez com que aumentasse os lucros**, fornecendo margens para a agregação das mutações do Patrimônio Líquido, em aumento da lucratividade, rentabilidade, e da proporção da folga do ativo, fornecendo oportunidade para novos investimentos, para se ter novas disponibilidades, e assim proporcionar aumento do Ativo ou da Atividade.

A necessidade que dita o volume dos estoques, no exemplo dado se a média da rentabilidade é de 30% este seria um parâmetro para reduzir o custo dos estoques.

Mas, deve-se lembrar que, um menor custo de estoques, ocorre também numa movimentação racionalizada, ou seja, mais disciplinada, e menor que a usual do comportamento; isso gera mais produtividade, menos desperdícios, menos custos e mais economia e vitalidade para a empresa.

Não seria determinar, pois, que as mercadorias não saem da empresa, mas, que os elementos dos investimentos se alteram de acordo com a necessidade de vendas, para que, a posição, ou determinado giro de estoques, garantam lucros satisfatórios.

Enquanto os bens não circulam, as mercadorias não se vendem, os elementos geram custos, há capital parado ou improdutivo (retornando á tese de D`auria). Portanto, isto gera menor retorno, menos lucro e redução do capital efetivado.

Na moderna regulação econômica dos estoques eles são controlados de acordo com o volume e movimentação da demanda das empresas. É o chamado “giro pleno” como dizia Sá (1965).

Tal regulação econômica é proveniente em conjunto, com uma análise dos custos que nos darão os limites a serem produzidos ou vendidos, em unidades e quantidades.

4.4 – Regulação econômica dos custos e meios de análise

Nada melhor e mais profícuo que juntamente com a análise da produção e estoques, desde as suas bases na imobilização, ter o empenho de adentrar numa breve análise da resultabilidade em si, na suas necessidades que chamamos de custos.

Necessidades, porque precisamos gastar para obter os lucros, ou resultados positivos.

Veremos casos básicos em relação **à diluição de custos pelas unidades produzidas, ou vendidas, e o ponto adequado das unidades.**

Na doutrina gerencial norte-americana um processo o qual se destacou, foi o de classificação dos custos fixos e variáveis; o movimento empresarial necessitava além de produzir proporções, saber qual era o custo necessário a ser pago ou absorvido pela recuperação, nas receitas auferidas. E tal processo foi o que determinou o critério do custo direto-variável.

Ou seja, o custo variável seria aquele que variaria com o volume da produção, ou de cada unidade vendida.

Por exemplo, a mão-de-obra que é paga por horas de trabalho, à medida que é consumida na atuação do capital, dá-se a entender que mais volume de produzido ter-se-á. O mesmo concebemos para a matéria-prima, embora, seja comprada a um valor x , ela se altera ou varia na unidade produzida, de acordo com o modo que é produzida, ou aproveitada no movimento industrial. Estes dois fenômenos (mão-de-obra e matéria-prima) basicamente são os ditos custos variáveis.

Os demais custos como são **provenientes indiretos da produção**, isto é, auxiliam, mas não variam com o volume do produzido, **são considerados fixos.**

Por exemplo, **a manutenção mensal do escritório de finanças**, de uma indústria de biscoitos; **os tributos mensais pagos anualmente para que permaneça aberta a empresa** (alvará), **os alugueis que independentemente da empresa produzir, serão pagos**, são exemplos de custos fixos, os quais, por mais que sejam também de forma, indiretos, ajudantes da produção, eles são fixos, e não se alteram no volume. Porém podem ser diluídos.

Ou seja, **os custos fixos não variam na produção, mais se diluem em cada unidade produzida.**

O custo fixo e variável formam o custo total.

O professor Florentino (2003) traduz aspectos interessantes para a redução dos custos, e o ponto-de-equilíbrio dos mesmos. Suponhamos que uma empresa tenha custos fixos de \$ 10.000,00 e variáveis de \$ 36.000,00. Suponhamos ainda que a produção seja de 1.000 peças, se, então, a empresa começasse a aproveitar o nível do produzido sem alterar a quantidade do gastos para 1.500 até no máximo 1.700 unidades ela teria um custo unitário reduzido:

Quadro D: O custo unitário, e as suposições para a sua redução.

Fórmula do Custo Unitário	
$\text{Custo Unitário} = \frac{\text{Custo fixo} + \text{Custo Variável}}{\text{Unidades Produzidas}}$	
Produção normal	
$\text{Custo unitário} = \frac{46.000}{1.000} = 46$	
Alterada para 1.500 unidades	Alterada para 1.700 unidades
$\frac{64.000,00}{1.500} = 42,67$	$\frac{71.200,00}{1.700} = 41,88$

Obs: À medida que as proporções das unidades se alteram o custo total deverá também se alterar, no primeiro exemplo dado, quando aumentou 50% o número de unidades produzidas os custos variáveis devem ser aumentados juntamente com a mesma proporção.

Fonte: Elaboração Própria

Veja que quanto mais se produz em quantidade, menor fica os custos, porque eles são diluídos nestas mesmas quantidades. Agora sabemos que quanto mais se aproveita o custo, no volume mais se dilui o mesmo.

Contudo, não sabemos quanto que devemos produzir, neste caso, devemos solidificar o conceito de margem de contribuição **(MC)**.

As margens de contribuição (MC) seriam todas aquelas proporções que diluem os custos fixos, ou todas as sobras dos preços de vendas, que proporcionam lucros.

São sobras dos preços de vendas, que numa interpretação e projeção, proporcionam os lucros.

A margem de contribuição (MC) é produzida pela fórmula:

MC = PREÇO DE VENDA – CUSTOS VARIÁVEIS

No mesmo caso estudado suponhamos que cada produto tenha um preço de \$ 70,00 e um Custo variável por unidade de \$ 56, 00, então, temos uma margem de contribuição de \$14,00(70 – 56 = 14). Sabendo que o custo fixo é de \$10.000,00 saberemos o ponto nulo dos lucros pelas fórmulas:

Ponto de Equilíbrio em Unidades = Custos Fixos = 10.000 = 714 unidades

MC

14,00

Ou seja, a empresa deverá vender ao mesmo preço, no mínimo 714 unidades. Como ela produz 1.000 unidades ela consegue lucro. Mas, na hipótese de aumento de produção com o mesmo custo total, teríamos uma evolução dos lucros. E pela fórmula o mensuramos:

$$L = Uni \times Pr (VPE)$$

Ou seja, o lucro(L) é igual às unidades (Uni) vezes o preço (Pr), menos o valor no ponto de equilíbrio (VPE).

$$\text{Ponto de Equilíbrio} = 714$$

$$L : 714 \times 70,00 = 49.980,00 \Rightarrow \text{Valor no ponto-de-Equilíbrio}$$

Para 1.000 unidades

$$L: 1.000 \times 70,00 = 70.000,00(49.980,00) = 20.020,00$$

Para 1.500 unidades

$$L: 1500 \times 70,00 = 105.000,00(49.980,00) = 55.020,00$$

Para 1.700 unidades

$$L: 1700 \times 70,00 = 119.000,00(49.980,00) = 69.020,00$$

Sabendo que os custos já seriam absorvidos pelas unidades, ela consegue um lucro até 345% maior que **o da produção efetiva (de 1.000 unidades)**.

Veja que esta é a solução moderna para a regulação econômica do custo, **procura-se produzir o máximo com o mínimo de gastos; ou manter os custos aproveitando-os com um maior volume de produção.**

Devemos ressaltar que estes dois aspectos de customização – Diluição do custo, ponto-de-Equilíbrio com lucro obtido - são apenas alguns, das dezenas que poderíamos utilizar tanto com relação ao custo no ponto-de-equilíbrio, quanto ao tempo de diluição do mesmo, ao uso de sucatas, eficiência da mão-de-obra, percentagem de alocação da lucratividade dos preços, alteração dos custos e dos preços de vendas, dentre outros diversos na diluição do custo.

A análise das vendas e margens de resultado, também é importante para que a empresa regule economicamente o seu capital.

Geralmente, este processo de aproveitamento dos custos em valor produzido, e a capacidade adequada para o alcance do lucro, são de absoluta importância.

4.5 – Regularização econômica das receitas e meios de análise

Além de uma análise propriamente dita dos custos, regularizando as quantidades que podem diminuir os preços, e atingir o ponto-de-equilíbrio com lucros, devemos observar a consequência dos preços de venda, nos custos, gastos, e despesas, pagas ou a se pagar.

Está certo que com a atual e moderna análise dos custos pode-se ter uma clara idéia de quanto que se vai vender, porém, resta ainda saber qual é o lucro que se vai obter nestas unidades.

É tarefa da elaboração de bons preços de venda, a obtenção dos lucros.

Os preços de venda devem ser calculados de acordo com a necessidade lucrativa dos custos, todavia, devemos ressaltar, que não se pode ter uma boa receita, sem um controle dos gastos.

Há, ainda, um viés: os preços não podem ser calculados com base nos “**custos artificiais**”, ou seja, naqueles gastos fictícios que sobrelevam a sua proporção, por serem baseados em despesas que não existem, ou são criadas por mero acaso, ou opção do arbítrio humano, que são postas além daqueles fenômenos reais que constam nos consumos e dispêndios das empresas.

Não queremos aqui tratar de cada forma particular da elaboração dos preços de venda, mas, de uma noção geral da sua elaboração, pelo uso da fórmula geral de preços (que fornece auxílio na formação de quaisquer preços) podemos, então, calcular:

Pr : **CUSTO DE PRODUÇÃO OU COMERCIALIZAÇÃO UNITÁRIA**
 100 (% DE DEDUÇÕES)

100

Ou seja, primeiro convém elaborar uma base para o custo de unidades, ou seja, quanto que possui de custo fixo e variável em cada unidade (a fórmula já foi repassada no subtítulo anterior, relativo aos custos), depois a dividimos pelo resultado decimal de outras deduções.

Suponhamos que uma empresa industrial queira calcular o preço de sua venda tendo como base um custo de \$ 10,00 por caixa de suco, que contém 8 unidades, sendo que ela comprou 7 caixas para os estoques. Calculemos inicialmente, o preço de cada caixa e saberemos os seguintes dados que devem constar na proporção dos preços:

- a) **Comissões de 8%**
- b) **Inadimplência de 2%**
- c) **Redução dos Giros de 10,5%**
- d) **Perdas de Estoques de 5%**
- e) **Tributos em 20%**
- f) **Reposição em Compras de 5%**
- g) **Evolução da Concorrência em 2%**

Todos estes dados (cada um complexo de ser discursado deve estar na visão de cada analista, porém, como o tratamos aqui, de modo breve, e didático, preferimos apenas citá-lo sem mais detalhes). Devem ser utilizados no custo de \$ 10,00 por caixa:

Pr : CUSTO DE PRODUÇÃO OU COMERCIALIZAÇÃO UNITÁRIA

100 (% DE DEDUÇÕES)

100

Pr : 10

100 – (8 + 2 + 10,5 + 5 + 20 + 5 + 2)

100

156

$$\text{Pr} : \quad \frac{10}{100 - 52,50} \rightarrow \frac{10}{47,50} \rightarrow \frac{10}{0,48} = \$ 20,83$$

Para cobrir todos os custos a empresa deverá ter cerca de \$ 20,83 em cada caixa, o que dará por unidade, de forma geral:

$$\text{Preço} \quad \frac{20,83}{\text{Unidades}} = \frac{2,60}{8} \quad \text{Será } \$ 2,60 \text{ o preço da cada unidade}$$

São sete caixas o que dará:

$7 \times 8 = 56 \times 2,60 = 145,60$ **Uma receita de \$ 145,60 na venda total deste lote**

Porém, em cada preço de caixa não está o lucro que se forma a receita, e suponhamos que a empresa queira \$ 0,10 de lucro em cada unidade, basta utilizar a fórmula:

$$\frac{\text{Preço colocado}}{1 - \text{Lucro desejado}}$$

E aplicá-la no caso concreto:

$$\frac{2,60}{1 - 0,10} \rightarrow \frac{2,60}{0,90} = 2,89 \quad \text{Preço Final}$$

O preço da unidade na caixa irá aumentar de \$ 2,60 para \$ 2,89 – diferença de \$ 0,29- cada caixinha o que daria para vender cerca de \$ 161,84.

Este é o modo tal como obtemos a receita geral, a recuperação de cada unidade produzida, que gera uma receita ou recuperação dos custos.

Daí surge outros problemas, **o cliente pode pagar tal preço por caixinha? Isto aumentará ou reduzirá a demanda? Se colocássemos menos lucro, poderíamos vender mais? O uso de promoções aliadas a este produto poderia aumentar as vendas com o mesmo lucro? Pode-se reduzir o custo de reposição de compras?**

E coisas desse tipo podem ser questionadas para a regulação econômica das receitas e tomada de decisão.

Nas indústrias vários fatores formam o seu preço, além dos custos fixos e variáveis, são os impostos, as comissões, o prazo de entrega dentre outros.

No comércio podemos garantir os custos de compra e os rateios por produtos realizados com os funcionários, além dos tributos e comissões que com absoluta certeza atuarão na formação do preço.

Além disso, cada preço desses, possui os lucros desejados para o capital e a distribuição com os seus agentes: **os trabalhadores, acionistas, debenturistas, administradores, etc.**

Porém, nem sempre a idéia de riqueza máxima resolve na formação dos preços, ou seja, o fato de se colocar margens gigantescas para a obtenção de lucros, nem sempre gera eficácia na maioria dos casos.

Isto ocorre, com certeza, porque, no atual ritmo de mercado, as empresas deverão ter preços competitivos que não conseguem perder espaço de demanda. O que revela que nem sempre preços altos resolverão o problema das empresas.

A receita, então, se debate com inúmeros problemas, dois básicos:

Os preços do mercado - A concorrência e as demais empresas terão um preço médio que a receita de uma empresa, em particular, deverá competir e disputar o espaço da procura dos consumidores.

As taxas de lucro - Para não sacrificar a demanda, os lucros são tidos em pequenos percentuais, de modo que eles venham aos poucos, por acúmulos no giro, e não em grandes quantias de margens por receita.

Portanto, cada empreendimento coloca em seu preço margens muito pequenas de lucros, para que possa utilizar o capital de terceiros pela movimentação, e para que seus valores comercializados não ultrapassem o da média do mercado.

Muitas vezes as empresas costumam planejar suas operações de vendas, comercializando produtos a preços de custo, outros com prejuízos, e outros com grande margem, de forma que estes absorvam aqueles, com o gosto do consumidor, que acaba comprando todos simultaneamente.

São as chamadas estratégias de vendas casadas ou simultâneas.

Isto é utilizado também para negociar estoques incolocáveis e garantir o bom giro na empresa.

Do mesmo modo que ela mantém a sua concorrência, é fácil crer que o uso correto dos preços em diversas empresas do mesmo ramo, pode permitir uma regulação da sua economia.

Além desses fatos, sempre, as modernas empresas apelam para uma economia tanto dos seus custos fixos como dos variáveis.

Não que necessariamente elas devem produzir um corte de gastos, tendo como principal alvo a mão-de-obra ou o funcionário (em comércios), porém, que se deve aproveitar os custos, e quando percebermos de forma influente, a quantidade prolixa de alguns fenômenos desta espécie, ou seja, o excesso de gastos, eles deverão ser reduzidos, isto valendo para qualquer tipo de custo.

A economia dos custos e das margens de receita, compatíveis com o escoamento da produção, dos estoques, com a demanda, competição, e lucros, é uma outra opção também vista para a atual regulação econômica das empresas.

4.6 – A regulação econômica dos lucros e capitalização e meios de análise

Uma empresa controlando bem o seu maquinário, processo de produção, estoques, custos, e receitas, tem efeito no fenômeno de sua economicidade, no acréscimo ou aumento do seu Ativo.

A resultabilidade, em alguns casos, mantém um nível negativo, devido aos excessos de investimentos que chamamos de **superinvestimentos**, pois, aumentam o valor nominal dos elementos, mas reduzem a atividade pela saída exagerada de capital que chamamos de **custos**.

O movimento de capitalização é, pois, fundamental para a empresa, já que ele é responsável pela sustentabilidade do empreendimento.

A capitalização nada mais é que um resultado positivo da entrada e saída de capital.

O capital pode entrar no seu espaço, por várias vezes, e também sair, como se fosse um movimento de processamento de um organismo.

A sua energia dependendo desse processamento pode ou se não se manter no continente aziendal, se sobressaindo ou não, para o mercado.

No caso de descapitalização, a empresa perde a sua existência, e o mercado aumenta o seu espaço.

Dentre os vários fenômenos para o aumento de capital temos **as receitas e os custos**.

Os primeiros (custos), se responsabilizam por saídas de capital (dispêndios de caixa, dívidas, pagamentos, desembolsos não-financeiros); as entradas são causadas pelas receitas (rendas pelos preços, pelos giros, pelos retornos em caixa); quanto mais se lucra, melhor para a

empresa; é o movimento de sua capitalização, que, repetimos, se demonstra pelo resultado do próprio bom funcionamento do capital. O doutor Lopes de Sá (2005) resume a capitalização numa fórmula, que achamos conveniente ressaltar:

LUCROS + RESERVAS DE CAPITAL

CAPITAL PRÓPRIO

Quanto maior, melhor é a situação do capital, mas, este fato provém de um comportamento já especificado pelos custos e receitas, da dita função econômica do patrimônio.

O movimento da resultabilidade, de acordo com o mestre, pode ser obtido pela seguinte identidade:

$$\frac{V}{C} \quad :: \quad \frac{L}{V}$$

Isto quer dizer que nos comportamentos dos custos, as receitas devem possuir autonomia, senão deixará de existir lucros ou a lucratividade.

Num exemplo, claro se as receitas caem 30% e os custos ascendem a 37% , sendo a lucratividade de 30% como é que ficaria a capitalização do lucro em identidade reditual(Ir):

$$Ir = \frac{30}{37} \quad :: \quad 30\% \rightarrow 0,81 \times 30\% = 24\%$$

37

A tendência para o devido aumento dos custos é a queda da lucratividade em 6% até chegar a 24% prejudicando a capitalização da empresa.

Ou seja, **o aumento do custo, provocaria redução da capitalização em 6%** , se apropriássemos diversos valores, eles poderiam ser colocados de forma a comprovar se, a tendência simples do movimento reditual é de perdas, ou prejuízo. Percebe-se que **a redução**

de tal fenômeno (o de Resultabilidade) poderá causar a descapitalização ou a insolvência patrimonial facilmente.

Outro ponto a ser destacado sobre a margem dos lucros e capitalização, é o de como distribuir a mesma massa agregada; os agentes humanos e demais indivíduos necessitam da distribuição, aquele fenômeno conhecido como **socialização do capital**.

A socialização do capital é a tese relativa à defesa de uma boa economia de empresa, e esta somente é possível, quando se distribui o capital entre os seres internos - trabalhadores, funcionários, administradores, acionistas, debenturistas, contadores, gerentes, advogados - e os externos - clientes, mercado, concorrência, governo, fornecedores, comunidade, populares - **esta teoria é facilmente aplicável na prática, ainda mais, quando vemos nos balanços sociais os compromissos ambientais realizados pela empresa** (O conselho Regional de Contabilidade, por exemplo, produz estas peças denotando os compromissos ou ações sociais realizadas pela mesma instituição).

Na doutrina americana, tal fator passou a se chamar também de **governança corporativa**.

Além de se ter a capitalização, deve se assegurar meios para que a distribuição seja equilibrada aos agentes humanos que possuem relação com o empreendimento.

A atual regulação econômica exige, não só para a vida vegetativa do capital, o **crescimento dos lucros e os giros capitalizantes**, contudo, que **cada parcela de capital seja distribuída com o homem e o meio social que vive**.

4.7 – Outros fatores para a moderna regulação econômica das empresas

Para não alongarmos muito num assunto tão amplo, queremos apontar ao menos quesitos que já foram citados na moderna economia das empresas:

- **Inflação**

- **Crescimento Econômico**
- **Concorrência**
- **Estratégia de Mercado**
- **Gestão Global**

Convém fazermos breves comentários sobre cada um deles.

A inflação é um dos fatores que devem ser inclusos na análise econômica das empresas como causa autêntica de consideração dos resultados.

Desde a década de 60, no Brasil, os balanços eram corrigidos tendo em vista um índice geral de preços, o qual modificava o patrimônio Líquido e o Ativo imobilizado.

Mas um erro estava claro: **como se poderia considerar o resultado desta correção como lucro ou prejuízo?** Pois, assim era feito prejudicando a verdade dos balanços.

Em 1995 tal forma de se praticar a correção fora abolida por lei.

Longe de querermos comentar os processos de aplicação e lançamento das correções, mas, algo deve ser orientado no que tange à economia das empresas: deve-se considerar a inflação como um dos fatores **extra-aziendais** para o bom desenvolvimento da resultabilidade da empresa.

Ou seja, não que o **cânon** de toda e qualquer análise deva ser um ajuste de lançamentos percentuais, mas, principalmente, que o desenvolvimento produtivo e reidual da empresa deve superar o da inflação.

Não se pode pensar, também, que a mera correção baseada no índice de preços, aplicada aos valores dos balanços, é corretamente sincera; ela aponta os aspectos que devem ser observados, e servem para a tomada de decisão sem dúvida, contudo, não são, de forma especial, garantidoras da real situação do patrimônio.

Uma empresa poderá ter os seus valores corrigidos, em análise, todavia, o principal, relativo à operação, ciclos, finanças, equilíbrio e vitalidade pode não ser denotado na mesma prática de "correção integral".

O correto, ou, o mais lógico, sem dúvida alguma, **seria corrigir os quocientes**, considerando a inflação, que obtida **num índice geral de preços** pode também **"inflacionar" o sentido de interpretação** a qual, geralmente, é objetivada pela obtenção do mesmo indicador (o geral de preços, que não mede o **"todo"**, e nem poderia medir)

Numa fórmula básica podemos modificar os resultados da análise pela inflação:

$$Qci = \frac{\text{RESULTADO OBTIDO}}{1 + \% \text{ DE INFLAÇÃO}}$$

Ou seja, o quociente de correção inflacionária (Qci) é igual ao resultado obtido de quaisquer cálculos utilizados, divididos por um, mais o percentual de inflação. Por exemplo, repitamos o quociente de folga da atividade, ou diferencial do Ativo:

CAPITAL PRÓPRIO

ATIVO TOTAL

Suponhamos que ele seja igual a \$0,20 e a inflação seja de 20%:

$$Qci = \frac{0,20}{1 + 20} = \frac{0,20}{1,20} = 0,17$$

O desempenho com a inflação foi de \$ 0,17

Na verdade, a perda do poder econômico da análise do resultado, foi de \$ 0,03 centavos menor que o nominal.

Não que seja uma absoluta verdade tal quociente, mas ele nos dá um panorama da realidade da função, descontada a inflação (como perda do valor monetário, e atrito da produção ou operacionalidade do capital).

As falhas obviamente existirão, desde que a base do quociente sempre seja o índice geral de preços, e como ele assim é praticado, sempre haverá insegurança na totalidade do resultado. Mesmo assim, é um fator de orientação.

Estudos mais complexos sobre o planejamento **em base na correção monetária** já foram defendidos **como fundamentais para a decisão do lucro e da resultabilidade**.

O assunto é delicado e exige detalhamento, porém, simplesmente, deve-se ostentar que **o desempenho reidual da empresa não deve ser corroído pela inflação**.

Se a inflação avança em 40% as vendas devem ultrapassar este percentual; o giro e lucro em unidades físicas nunca deverão ser inferiores aos dados econômicos.

Além da inflação, outro critério extra-aziendal, que faz parte da moderna análise da regulação econômica das empresas: **é o crescimento econômico**.

No Brasil ele é medido por órgãos econômicos estatísticos e geográficos, como o Instituto econômico de desenvolvimento industrial (IEDI), que em tempos, edita em seu site **um resultado geral da produção** de diversos setores empresariais.

Também não é uma base totalmente confiável (no sentido de “exata” ou 100% correta), mas, exigente na moderna economia das empresas.

Simplesmente por comparações, podemos obter conclusões sobre o desenvolvimento realmente “econômico” das empresas.

Se, por exemplo, o setor de indústria e comércio de biscoitos cresceu 3%, e a empresa 4% se desenvolveu em vendas líquidas, temos um bom sinal: a empresa está **ultrapassando a média do mercado**.

Há, portanto, nestes casos uma oportunidade para a empresa conseguir **novos nichos empresariais, novas propostas de produtos, novos investimentos**, pois, está sendo favorável o seu andamento em

relação ao econômico, que sem dúvidas **é obtido por uma grande marcha de clientes.**

Quando isso acontece freqüentemente, pode-se dizer que ela **é uma líder de mercado no setor que optou produzir.**

Ao menos uma das líderes que oferece **competitividade.**

Porém, ela pode ser melhor que o mercado, e, no entanto, estar mal, devido ao fato de sua economia interna estar definhando, fenômeno que já citamos nos capítulos anteriores.

No momento em que os resultados percentuais aziendais são inferiores aos do desempenho geral ou econômico, algo pode se deduzir de errado, ou falho na produção e no desempenho do capital.

É bom **que exista paridade entre o desempenho econômico e aziendal, ou vantagem para a empresa.**

Todavia, **pode existir um e não existir o outro, e vice-versa.**

A análise de concorrência é outro fator a ser observado.

Se a empresa possui concorrentes no mercado, **sua regulação econômica deverá ser feita no sentido em que haja um controle rigoroso entre as diversas operações da empresa, na sua expressão com o mercado externo.**

Se os custos da minha empresa não são menores do concorrente, e ele consegue mais rentabilidade e mais desempenho dos giros, podemos afirmar, que os concorrentes regulam-se melhor do que nós.

Ou seja, **uma tarefa atual da moderna análise contábil seria o estudo dos custos do concorrente para apoiar a competição das empresas.**

Se o meu custo é maior que o do concorrente, e ele vende ao mesmo preço, o que fazer para reduzir o meu custo e provocar um preço mais baixo aumentando a minha demanda? É um questionamento que pode ser feito.

Isto é tarefa para **análise contábil**.

Ela, neste caso, realiza-se observando **o comportamento patrimonial do concorrente** para basear **o meu governo empresarial**.

O objetivo hoje dos modernos escritórios contábeis, e dos setores de análise e contabilidade gerencial das empresas (ou seja, o setor interno) tem sido analisar não só os balanços internos, mas, os externos emitidos por outras empresas.

Não pelo fato de pode igualar tipos de culturas de empresas, mas, a intenção é saber o que melhorar para o desenvolvimento econômico do capital, tendo como parâmetro o meu concorrente, ou uma empresa semelhante em produto e foco, que disputa demanda com uma oferta específica.

Isto também faz parte da moderna regulação econômica do capital.

Outro fator ligado a este, que deve favorecer, é a análise de mercado, averiguando qual seria a estratégia para as mudanças do mundo econômico.

Sabendo qual é o melhor desenvolvimento da produção, no mercado de setor congênere, é uma medida de regulação para atingir metas e lucros.

É o mesmo que sondar mercados ou pesquisar o que o público e os espectadores estão querendo da empresa, ou seja, o que nossos clientes, ou nossos possíveis consumidores podem querer comprar de nós, de acordo com o seu gosto geral, e **a nossa possibilidade de realizar alterações patrimoniais e técnicas**.

De uma forma geral, podemos obter boas orientações nessas informações. Ela (esta pesquisa e análise de mercado) pode ser realizada

de várias formas: pela verificação do comportamento dos mercados, entrevistas com clientes, questionários com fornecedores, pela redução de custos, criação de novos produtos, mudanças no espaço físico, propaganda e publicidade, melhoramentos no atendimento, sondagens internas, investimentos em pesquisas, apoio empresarial, associativismo e outros.

Hoje também as empresas inclinam-se para **uma gestão global** de mercados, ou seja, a admissão de todo o nível global, ou seja, **com o mundo virtual**.

As modernas empresas promovem a gestão global por meio da internet (meio principal) ou dos veículos de informação.

Desse modo **as barreiras geográficas passam a não existir, ou se transformam em fatores pouco relevantes para as vendas e demanda da produção.**

Logicamente, é mais um fator a ser considerado, ou ao menos discutido como tentamos fazer aqui.

5. A atual regulação econômica das empresas e a sua concretização

Vimos de forma clara como se divide a função econômica das empresas, resolvemos até dividi-la em duas partes: **o processo de produção, e a resultabilidade propriamente dita**, como pontos gerais de estudo.

Também desenvolvemos alguns dos meios de análise das imobilizações, da produção, dos estoques, dos custos, das receitas, dos lucros, da capitalização, num processo interno, amparado pelo estudo externo do uso da inflação, do estudo da concorrência, da mercadologia, que não são os únicos, mas, os fundamentais para a decisão empresarial.

Não se pode ter imobilizações sem uma vantagem no aumento de produção, redução de custos e estoques, e aumento de lucros. Hoje os investimentos em capital fixo devem servir à circulação e à dinâmica lucrativa do capital, senão, serão elementos **não-rendosos**, ou seja,

“**antieconômicos**”, se podemos assim dizer (considerando o antigo sentido do “econômico” dentro do contábil).

Por exemplo, hoje as empresas regulam-se economicamente com uma diluição ou redução dos seus **custos**, com a eficiência do volume produzido, com o uso de máquinas adequadas, de tal forma que o preço seja menor para o cliente, mas, com uma taxa de lucro compatível e necessária, verificando a inflação, a concorrência, produzindo boas estratégias para os custos serem menores, ou menos concentrados.

A moderna regulação econômica exige isso.

Alem do mais, **as modernas análises de balanços** não se resumem apenas **no fator interno**, mas, **no externo dos concorrentes**, e das alterações mercadológicas.

Os modernos sistemas de contabilidade presentes na doutrina **Neopatrimonialista, filosofia Neopatrimonialista, e as demais culturas gerenciais e científicas dentro da história e defesa da gnose patrimonial propõem alteração do estudo da rentabilidade e produção do capital**; o uso de computadores, e cálculos matemáticos, que auxiliam a administração pelo planejamento estratégico-operacional, pelos modernos controles dos estoques, e produção - o revolucionário ***just in time*** e a **produtividade total** - são tópicos pertencentes à moderna economia das empresas, relativos aos fatores aziendais, e extra-aziendais, **fundamentais para uma regulação econômica das células sociais**.

Exige-se que haja um movimento interativo entre **o setor interno da empresa- produção, estoques, e custos-** e os pontos externos: **o mercado, a população, a estratégia mercadológica**, para que se possa comprovar adequadamente os meios que concretizam a economicidade das empresas.

Embora a decisão seja a da forma concreta e correta de solidificar planos, uma das melhores tecnologias que auxilia esta concretização é **a análise contábil**. Vimos nesta obra, além de inúmeros cálculos, os meios que podemos utilizar para mensurar limites na disciplina dos fenômenos patrimoniais.

O uso de quocientes auxilia na tarefa, e o de identidades – composição e junção de quocientes-base - também. Por eles vimos como e podemos determinar a quantidade da produção, do movimento dos estoques, das vendas, etc.

São demonstrações matemáticas básicas, mas, quando bem interpretadas e explicitadas permitem a concreta regulação econômica.

O uso de orçamentos parciais e gerais, do uso dos fenômenos e outros meios para padronização, podem ser utilizados. São elementos fundamentais.

Devemos reconhecer que o capítulo tratado aqui da gestão econômica configura-se apenas como “**pontos**” a serem determinados - tal como mencionamos no início da monografia - por serem fundamentais, ou seja, eles podem ser ampliados e modificados de acordo com a complexidade dos negócios ou a necessidade de investigação da regulação econômica.

Reconhecemos, apesar do esforço, ter fornecido apenas caminhos básicos para o estudo geral da função econômica das empresas.

6. Conclusão

Após uma tarefa difícil de ser resumida como esta, do tema proposto, reconhecemos que denotamos caminhos básicos, fundamentais e simples, de forma que eles fossem ao alcance de todos.

A nossa conclusão é que a ciência contábil permite por meio de sua análise, meios proficientes para uma, oportuna, cautelosa e zelosa regularização econômica do capital.

Podemos, pois, concluir também, que a função econômica das empresas se divide em duas partes básicas em nossa interpretação: a comportamentalização da operação (imobilizações, produção, estocagem), e da resultabilidade (receitas, custos, lucros,

capitalização), **as quais se subdividem em setores que cada vez mais se desmembram e tornam-se complexos.**

O uso correto das imobilizações, processos de produção, e estocagem, são essenciais para que a empresa diminua seus custos, acelere suas vendas, e os seus ciclos de produção, melhore as suas finanças, como também, o desempenho econômico, de acordo com a demanda consumidora, pois, os giros e os lucros fundamentam a economia das empresas.

Um estudo da regularização econômica é, todavia, profundamente complexo, e exige, que se tenha uma análise particularizada de cada operação do capital, **reduzimos aqui ao máximo a abordagem de maneira a apresentarmos somente “pontos”**, de tal forma que o leitor possa ter o raciocínio para entender e determinar a regulação econômica de acordo com as necessidades internas, e externas, que ele venha a enfrentar, nas fórmulas mencionadas, com mais chances para se concluir; contudo, não podemos confinar o limite infinito da análise, por que ele vai muito, mas, muito mais além.

A forma simples que aqui é tratada se adequa realmente com os “pontos” que prometemos em nossa abordagem.

Concluimos de forma geral, que a ciência contábil, tal como também as demais ciências gerenciais, permitem pela sua parte racional - filosófica demonstrada pela matemática e interpretação científica, meios gerais para a regulação econômica das empresas, de modo que elas alcancem a prosperidade.

Esta é a nossa conclusão.

Bibliografia

- ARISTÓTELES. **Da geração e da Corrupção seguido de convite à filosofia.** Tradução de Renata Maria Parreira Cordeiro. São Paulo: Landy Editora, 2001.
- BOUZADA, Manuel Ortigueira. La comunicacion y el éxito de los modelos. **Jornal dos técnicos de contas e da empresa**, nº 332, maio de 1993.
- BESTA, Fabio. La Ragioneria. 2º Ed. Milano: Cada editrice Dottor Francesco Vallardi. 1922.

- CECCHERELLI, Alberto.** Il Linguaggio dei Bilanci. 5º ed. Firenze: Felice Le Monnier, 1950.
- D'AURIA, Francisco. **Variação do Valor Efetivo do Capital.** São Paulo: Ed. Atlas, 1953.
- Primeiros Princípios de Contabilidade Pura.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. p. 23.
- Contabilidade Integral. **Conferencia Interamericana de Contabilidade. São Paulo: FCE. 1954.**
- Estrutura e Análise de Balanço. 3ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1955.
- Contabilidade Geral (Teoria da Contabilidade Patrimonial).** São Paulo: Companhia Editora nacional, 1956.
- Contabilidade Bancária.** 14ª ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional. 1959.
- Matemática Comercial.** 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- Revisão Contábil.** 2º ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1962.
- DIAS, Fernando Caetano.** A técnica da Leitura dos Balanços. 2ª ed. Lisboa: Livraria Moraes, 1944.
- FERREIRA, Rogério Fernandes Investimentos ou despesas (breves reflexões).
- Jornal de Contas e da Empresa,** Lisboa: publistudo publicações e estudos técnicos. V. 33, nº 418, jul. 2000.
- Valores e Registros Contabilísticos Economia Pública (Notas). **Jornal de Contas e da Empresa,** Lisboa: publistudo publicações e estudos técnicos, v.34, nº 445, novembro de 2002.
- Aumento de Capital por incorporação de reservas. **Jornal de Contas e da Empresa,** Lisboa: publistudo publicações e estudos técnicos, v. 31, nº 391, abril de 1998.
- O que vale uma empresa?(algumas reflexões). **Jornal de Contas e da Empresa,** Lisboa: publistudo publicações e estudos técnicos, v. 32, nº 409, outubro de 1999.
- Ainda o valor da empresa (novo esclarecimento). **Jornal de Contas e da Empresa,** Lisboa: publistudo publicações e estudos técnicos, v. 32, nº410, novembro de 1999.
- FINNEY, H. A.** Curso de contabilidad. México: Ed. Hispano Americano, 1967.
- FLORENTINO, Américo Mateus **Classificação de Patrimônio para uma análise econômica dos Balanços das empresas.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1963.
- Os custos podem acabar com a sua empresa.** Rio de Janeiro: Funager, 2003.
- Custos: Princípios, Cálculo e Contabilização.** 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1973.
- O crescente domínio da matemática no desenvolvimento da Contabilidade.
- Revista Paulista de Contabilidade,** São Paulo: Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, jun.1999.
- Redimensionamento da História da Contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade,** Brasília, CFC, Ano XXIX, nº 122, março/abril de 2000.

Alguns Erros cometidos no Período da Correção Monetária dos Balanços. Boletim do IBRACON, São Paulo: IBRACON, Ano XIX,n.222, Novembro de 1996.

FRANCO, Hilário. Estrutura, análise e interpretação de balanço. 12. Ed. São Paulo: Atlas, 1973.

IUDICIBUS, Sergio de. Contabilidade e Inflação. **Revista Paulista de Contabilidade.** São Paulo: SCSP, ano 44, nº 415, 1966.

O princípio da Continuidade. **Revista Paulista de Contabilidade.** São Paulo:SCSP, ano 53, nº 445, 1975.

JÚNIOR Frederico Herrmann. **Contabilidade Superior.** 9º edição, São Paulo. Ed. Atlas 1972.

Análise de Balanço para a Administração Financeira. 10ª ed. São Paulo, Ed. Atlas. 1975.

KAPLAN, Robert S; JOHNSON, H. Thomas. **A relevância da Contabilidade de Custos.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1996.

KLEIN, Tolstoi C. **História da Contabilidade - noções gerais.** Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1954.

KOLIVER, Olívio. **Estrutura e Análise de Balanços.** 4º Ed. Porto Alegre: Staff editora Limitada, 1971.

O processamento contábil dos resíduos: sucatas e refugos na industria. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, **Porto Alegre: CRCRS, v.4 ,n.8 ,p.21-4, jan./mar.1975.**

A apropriação dos custos operacionais de fabricação a partir da expressão física do custo dos produtos prontos. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, **Porto Alegre: CRCRS, v.4 ,n.10 ,p.8-14, out./dez.1975.**

Características gerais dos sistemas de contabilidade de custos : I parte. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, **Porto Alegre, v.1 ,n.2 ,p.4-10, out./dez.1972.**

A apropriação dos custos operacionais de fabricação : a partir da expressão física do custo dos produtos prontos : I parte. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, **Porto Alegre: CRCRS, v.4,n.9 ,p.11-3, abr./jun.1975.**

Características gerais dos sistemas de contabilidade de custos: II parte. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, **Porto Alegre, v.1 ,n.3 ,p.7-12, jan./mar.1973.**

Técnicas para o processamento contábil dos insumos de chapas de aço e dos seus retalhos. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, **Porto Alegre : CRCRS, v.3 ,n.7 ,p.7-11, abr./jun.1974.**

MYER, John N . Análise das Demonstrações Financeiras. São Paulo: Ed. Atlas, 1972.

- PEREIRA, Plínio Edegar; SCARPARO, Antônio Sidinei.** Leitura e Interpretação de Balanços. **Porto Alegre: Editec, 1973.**
- LEONE, George Sebastião Guerra Leone. A Teoria do Débito e Crédito. **Revista Brasileira de Contabilidade.** Rio de Janeiro: CFC, Ano XIII, nº 44, Jan./Mar. de 1983.
- LODI, João Bosco. **História da Administração.** 3ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1974.
- MASI, Vincenzo. Ragioneria e non Ragioneria. **Rivista Italiana di Ragioneria,** Roma: Federazioni Nazionale dei Collegi dei Ragioneri. Anno XLIII, série 2, Gennaio-Febrario de 1950.
- Os fenômenos Patrimoniais como Objeto da Contabilidade. **Revista Paulista de Contabilidade.** São Paulo: SCSP, nº 423, 1968.
- A contabilidade está morta! Viva a Contabilidade! **Revista Paulista de Contabilidade,** São Paulo: SCSP, nº 429, 1969.
- A contabilidade e suas atribuições essenciais no mais próximo futuro. **Revista Paulista de Contabilidade,** São Paulo: SCSP, n. 434, 1971.
- La Ragioneria Nell'età Moderna e Contemporanea.** Texto revisado e completado por Carlo Antinori. Milão: Giuffré Editore, 1997.
- MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial.** 5ª ed. São Paulo: Atlas: 1998.
- MOITINHO, Álvaro Porto. **Introdução à Administração.** 1ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1965.
- Teoria das contas aumentativas e das redutoras do patrimônio.** Rio de Janeiro: APEC, 1970.
- Relações entre a contabilidade orçamental e patrimonial. **Revista Paulista de Contabilidade.** São Paulo: SCSP, v. 62, nº 466, 1983.
- PIRES, Marco Antônio Amaral. **Análise Moderna do Fenômeno Patrimonial.** Disponível em www.classecontabil.com.br pesquisa realizada em 10 de dez. de 2005.
- Geração Própria de Recursos. **Revista Brasileira de Contabilidade.** Brasília: CFC, Ano XXV, nº 101, set/out. de 1996.
- Poisl, Erly Arno. O escritório de contabilidade como Pólo Central de valorização da profissão contábil. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE ENSINO SUPERIOR DE CONTABILIDADE, 2., Porto Alegre, 1977.. **Anais...** Porto Alegre : SCPA, 1977.
- Introdução a prática da contabilidade gerencial. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul,** Porto Alegre : CRCRS, v.4 ,n.10 ,p.29-31, out./dez.1975.
- SÁ, Antonio Lopes. **Teoria geral do conhecimento contábil.** Belo Horizonte: IPAT-UNA, 1992.
- Filosofia da Contabilidade.** Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1953.
- Teoria do capital das empresas.** Rio de Janeiro: FGV, 1965.
- Princípios Fundamentais de Contabilidade.** São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

- O equilíbrio do Capital das Empresas.** Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria S/A, 1959.
- Historia Geral e das Doutrinas da Contabilidade.** São Paulo: Ed. Atlas. 1997.
- História da Contabilidade.** Belo Horizonte: Ed. Presidente. 1961. 3 V. Enciclopédia moderna de Contabilidade.
- Problemas de Administração e Contabilidade.** Belo Horizonte: Ed. Presidente. 1961. Enciclopédia moderna de Contabilidade.
- Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Ed. Atlas. 1999.
- Estudo Analítico da Rentabilidade das Empresas.** Rio de Janeiro: APEC, 1971.
- Aspectos Contábeis da Nova Lei das Sociedades por Ações.** 2ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1978.
- Curso de Auditoria.** 7ª edição. São Paulo: Ed. Atlas, 1993.
- Curso Superior de Análise de Balanços.** 3ª ed. São Paulo: Ed. Atlas. 1973. Volume I e II
- Como se faz em balanço.** 5. São Paulo: Atlas, 1975.
- Considerações em Torno do Conceito de Rêdito em Contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, DF, nº94, Ano XXIV, Julho/Agosto de 1995.
- Filosofia da Contabilidade: Introduções ao estudo. **Revista do Conselho Regional de contabilidade**, Porto Alegre: CRCRS, nº 30, p. 44-488, dez de 1981.
- O conceito mais moderno de atualização de Balanço. **Revista Brasileira de Contabilidade.** Brasília: CFC, Ano XXVI, nº 106, jul/ago. de 1997.
- Expressão Monetária do Patrimônio. **Revista Brasileira de Contabilidade.** Rio de Janeiro: CFC, Ano XII, nº 43, out./dez. de 1982.
- SILVA, Rodrigo Antonio Chaves da. **Dinâmica Patrimonial.** Revista do Conselho Regional do Paraná, Paraná, PR, nº 144, 1º Quadrimestre, CRCPR, 2006.
- Rotação do Capital. **Informativo do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.** Ano XXXVII, nº162, Mar a maio de 2007.
- Decisão e eficácia.** Pesquisa realizada no site www.cmraulsoares.mg.gov.br em 12 de Mar. 2006.
- Conta e Contabilidade.** Pesquisa realizada no site www.cmraulsoares.mg.gov.br em 25 de Mar. 2006.
- STEINSTRASSER, Albino Mathias. Componentes do ativo e a análise externa. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre : CRCRS, ,n.29 ,p.9-19, set./nov.1981.
- A impropriedade da inclusão da correção monetária do ativo imobilizado do exercício na balanço das origens e das aplicações de capitais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 10., 1976, Ceara. **Anais...** Fortaleza : s.n., 1976. p.76-81.
- VALLE, Francisco. As tendências positivas do Prof. Francisco D`auria. **Revista Paulista de Contabilidade**, São Paulo: SCSP, vº 51, nº 440, 1973.
- Conceito Contábil dos Termos Débito e Crédito. **Revista Paulista de Contabilidade**, São Paulo: SCSP, v. 56, nº 454, 1978.

- As Mutações ou Variações Patrimoniais em Contabilidade. **Revista Paulista de Contabilidade**, São Paulo: SCSP, v. 63, nº467, 1984.
- Considerações Referentes aos termos Ativo e Passivo. **Revista Paulista de Contabilidade**, São Paulo: SCSP, v. 58, nº 460, 1980.
- Sistemas contábeis de Articulação das Contas. **Revista Paulista de Contabilidade**, São Paulo: SCSP, v. 62, nº 466, 1983.
- A obsolescência dos bens instrumentais. **Revista Paulista de Contabilidade**, São Paulo: SCSP, v. 61, nº 463, 1982.
- Uma nova contabilidade na China comunista? **Revista Paulista de Contabilidade**, São Paulo: SCSP, v. 47, nº 428, 1969.
- VIANA, Cibilis da Rocha. **Teoria Geral da Contabilidade**. Volume I, 5. Ed., Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1971.
- A dinâmica do Desenvolvimento Econômico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.
- ZAPPA, Gino. **Il Rédito di Impresa**. 2ª edição. Milão: Dott. A. Giuffrè - Editore, 1950.

